



# Simulado Final

# SEFAZ PR

Agente Fazendário Estadual

Contador - Pós-Edital

# Caderno de Prova

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **SEFAZ-PR**, cargo de **Agente Fazendário Estadual - Contador**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

## PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/PQBPoWNXN99Gkzmv6>

- |            |            |            |             |             |
|------------|------------|------------|-------------|-------------|
| 01 - ABCDE | 27 - ABCDE | 53 - ABCDE | 79 - ABCDE  | 105 - ABCDE |
| 02 - ABCDE | 28 - ABCDE | 54 - ABCDE | 80 - ABCDE  | 106 - ABCDE |
| 03 - ABCDE | 29 - ABCDE | 55 - ABCDE | 81 - ABCDE  | 107 - ABCDE |
| 04 - ABCDE | 30 - ABCDE | 56 - ABCDE | 82 - ABCDE  | 108 - ABCDE |
| 05 - ABCDE | 31 - ABCDE | 57 - ABCDE | 83 - ABCDE  | 109 - ABCDE |
| 06 - ABCDE | 32 - ABCDE | 58 - ABCDE | 84 - ABCDE  | 110 - ABCDE |
| 07 - ABCDE | 33 - ABCDE | 59 - ABCDE | 85 - ABCDE  | 111 - ABCDE |
| 08 - ABCDE | 34 - ABCDE | 60 - ABCDE | 86 - ABCDE  | 112 - ABCDE |
| 09 - ABCDE | 35 - ABCDE | 61 - ABCDE | 87 - ABCDE  | 113 - ABCDE |
| 10 - ABCDE | 36 - ABCDE | 62 - ABCDE | 88 - ABCDE  | 114 - ABCDE |
| 11 - ABCDE | 37 - ABCDE | 63 - ABCDE | 89 - ABCDE  | 115 - ABCDE |
| 12 - ABCDE | 38 - ABCDE | 64 - ABCDE | 90 - ABCDE  | 116 - ABCDE |
| 13 - ABCDE | 39 - ABCDE | 65 - ABCDE | 91 - ABCDE  | 117 - ABCDE |
| 14 - ABCDE | 40 - ABCDE | 66 - ABCDE | 92 - ABCDE  | 118 - ABCDE |
| 15 - ABCDE | 41 - ABCDE | 67 - ABCDE | 93 - ABCDE  | 119 - ABCDE |
| 16 - ABCDE | 42 - ABCDE | 68 - ABCDE | 94 - ABCDE  | 120 - ABCDE |
| 17 - ABCDE | 43 - ABCDE | 69 - ABCDE | 95 - ABCDE  | 121 - ABCDE |
| 18 - ABCDE | 44 - ABCDE | 70 - ABCDE | 96 - ABCDE  | 122 - ABCDE |
| 19 - ABCDE | 45 - ABCDE | 71 - ABCDE | 97 - ABCDE  | 123 - ABCDE |
| 20 - ABCDE | 46 - ABCDE | 72 - ABCDE | 98 - ABCDE  | 124 - ABCDE |
| 21 - ABCDE | 47 - ABCDE | 73 - ABCDE | 99 - ABCDE  | 125 - ABCDE |
| 22 - ABCDE | 48 - ABCDE | 74 - ABCDE | 100 - ABCDE | 126 - ABCDE |
| 23 - ABCDE | 49 - ABCDE | 75 - ABCDE | 101 - ABCDE | 127 - ABCDE |
| 24 - ABCDE | 50 - ABCDE | 76 - ABCDE | 102 - ABCDE | 128 - ABCDE |
| 25 - ABCDE | 51 - ABCDE | 77 - ABCDE | 103 - ABCDE | 129 - ABCDE |
| 26 - ABCDE | 52 - ABCDE | 78 - ABCDE | 104 - ABCDE | 130 - ABCDE |

## SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

*Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!*

<https://coruja.page.link/noEQ>

---

**CONHECIMENTOS GERAIS****LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas***TEXTO 1****A ignorada polarização secular**

A verdadeira polarização brasileira não é política. Ela se revela no contraste entre o salário-mínimo recebido por um trabalhador sem acesso a serviços públicos de qualidade, quando não está desempregado, e os supersalários pagos a servidores do Estado, com estabilidade garantida até mesmo depois de aposentados por corrupção, custeados com recursos públicos que poderiam financiar os serviços dos quais esse trabalhador carece. Ainda assim, quando se fala em polarização, o foco recai quase sempre sobre disputas ideológicas, e não sobre a desigualdade social.

Entre 1822 e 1889, o Brasil atravessou períodos de polarização política, sem perceber a polarização social entre os brasileiros escravos e seus senhores. Depois da abolição e da República, tivemos momentos de polarização política, mas ignoramos a desigualdade social entre quem vive nas favelas e quem habita condomínios fechados; entre os que têm água tratada em suas piscinas e os que não têm água potável para beber.

A polarização social sempre foi negligenciada, invisível aos olhos da política e dos analistas. Parafraseando o economista e acadêmico Edmar Bacha, “dentro de um mesmo país, vivem os que estão na Bélgica e os que estão na Índia”, sem que essa polarização seja enfrentada, nem reconhecida.

(Fonte: Cristovam Buarque. Disponível em: unb.br. Adaptado)

1. De acordo com o Texto 1, a polarização

- a) política no Brasil precede a polarização social, de modo que esta última resulta das disputas ideológicas recorrentes no cenário público.
- b) social brasileira teve início após a abolição da escravidão, quando a marginalização da população negra culminou na formação das primeiras favelas, aprofundando as disparidades sociais.
- c) existente entre os habitantes de favelas e de condomínios fechados representa a origem histórica das desigualdades no país.
- d) política é tão negligenciada quanto a polarização social nas análises sobre as desigualdades da sociedade brasileira.
- e) social, ao longo da história brasileira, foi objeto de invisibilidade tanto de quem exerce o poder quanto de quem o analisa.

2. A correção gramatical do Texto 1 seria mantida, sem prejuízo de seu sentido, caso a expressão “Ainda assim” (último período do primeiro parágrafo) fosse substituída por

- a) Por conseguinte.
- b) Embora.
- c) Não obstante.
- d) Ao passo que.
- e) Por isso.

3. Assinale a opção correta em relação a aspectos linguísticos do Texto 1.

a) No segmento “quando se fala em polarização” (último período do primeiro parágrafo), a partícula “se” indica que o sujeito da oração é indeterminado.

b) No trecho “sem acesso a serviços públicos de qualidade”, a inserção do acento indicativo de crase após “acesso” não prejudicaria a correção gramatical do texto, mas tornaria específico o sentido de “serviços públicos”.

c) Estaria de acordo com as regras de concordância verbal a flexão da forma “têm” (segundo parágrafo) no singular — **tem** — em ambas as ocorrências, visto que o verbo pode concordar tanto com o pronome relativo quanto com o termo que o antecede.

d) No segmento “vivem os que estão na Bélgica e os que estão na Índia,” (último período do último parágrafo), o sujeito da primeira oração é indeterminado, o que se confirma pela flexão verbal na terceira pessoa do plural.

e) O emprego do futuro do pretérito em “poderiam” (primeiro parágrafo) indica a certeza do uso de recursos públicos em prol do trabalhador sem acesso a serviços públicos de qualidade.

4. No segundo período do primeiro parágrafo do Texto 1, o termo “dos quais” exerce, na oração em que se insere, a função sintática de

a) adjunto adnominal.

b) complemento nominal.

c) sujeito.

d) objeto indireto.

e) adjunto adverbial.

5. Seriam preservadas as relações de coesão e coerência estabelecidas no Texto 1, bem como sua correção gramatical, caso fosse suprimida a vírgula imediatamente após

a) “ideológicas” (último período do primeiro parágrafo).

b) “negligenciada” (primeiro período do último parágrafo).

c) “enfrentada” (último período do último parágrafo).

d) “assim” (último período do primeiro parágrafo).

e) “República” (segundo período do segundo parágrafo).



**TEXTO 02****O básico que nunca chega**

O Brasil aprendeu a conviver com o inaceitável. Num país que conseguiu universalizar a energia elétrica, expandir rapidamente as telecomunicações e construir um dos maiores sistemas bancários digitais do mundo, milhões de pessoas ainda vivem sem acesso regular à água tratada e à coleta e ao tratamento de esgoto. Não se trata de um desafio recente nem de um problema técnico insolúvel. É, antes de tudo, a expressão mais crua de uma negligência histórica que atravessa governos, ideologias e ciclos econômicos sem jamais se tornar prioridade efetiva do Estado.

Os dados mais recentes ajudam a dimensionar a gravidade do atraso. Segundo a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes), menos de 3% dos municípios brasileiros estão próximos de alcançar a universalização do saneamento básico nos termos definidos pela legislação vigente. No universo analisado pelo Ranking do Saneamento da entidade, apenas algumas dezenas de cidades apresentam indicadores compatíveis com as metas de acesso a água, coleta e tratamento de esgoto. A imensa maioria remanesce em estágios iniciais ou intermediários, muito distante do patamar mínimo esperado para 2033.

O recorte regional torna o quadro ainda mais constrangedor. Praticamente todos os municípios mais bem posicionados concentram-se nas Regiões Sudeste e Sul. A Região Norte não tem uma única cidade entre aquelas consideradas próximas da universalização. O saneamento, que deveria ser uma política de redução de desigualdades, acabou se tornando mais um fator de aprofundamento das assimetrias regionais brasileiras.

(Fonte: Editorial. Jornal O Estado de S. Paulo. Disponível em: [estadao.com.br](http://estadao.com.br). Adaptado)

6. Com base nas ideias do Texto 2, é correto afirmar que

- a) a ausência de saneamento básico no Brasil decorre principalmente de limitações técnicas e da falta de soluções tecnológicas adequadas.
- b) o atraso no saneamento básico contrasta com avanços obtidos pelo país em áreas como energia elétrica, telecomunicações e serviços bancários digitais.
- c) a política de saneamento vigente tem sido exitosa em diminuir as desigualdades existentes entre as regiões brasileiras.
- d) a precariedade do saneamento básico configura-se como um entrave contemporâneo, derivado primordialmente da expansão demográfica acelerada nos centros urbanos.
- e) a principal dificuldade para a expansão do saneamento básico está na resistência das populações locais às obras de infraestrutura.

7. No último período do segundo parágrafo do Texto 2, a palavra “remanesce” está empregada com o mesmo sentido de

- a) resta.
- b) permanece.
- c) fica.
- d) vive.
- e) está.

8. Com relação aos aspectos linguísticos do Texto 2, julgue os itens a seguir.

- I. No trecho “É, antes de tudo, a expressão mais crua de uma negligência histórica que atravessa governos, ideologias e ciclos econômicos”, o termo “que” é uma forma pronominal cujo referente é “negligência histórica”.
- II. No trecho “que deveria ser uma política de redução de desigualdades”, o termo “que” introduz oração explicativa.
- III. No primeiro parágrafo, tanto o trecho “que conseguiu universalizar a energia elétrica” quanto o trecho “que atravessa governos, ideologias e ciclos econômicos” consistem em orações adjetivas explicativas.

Estão certos apenas os itens

- a) Apenas I.  
b) Apenas II.  
c) Apenas III.  
d) I e II.  
e) II e III.

9. Cada uma das próximas opções apresenta um trecho do texto CG1A1 seguido de uma proposta de reescrita. Assinale a opção em que a proposta de reescrita apresentada preserva o sentido e a correção gramatical do texto, considerando as regras de colocação pronominal.

- a) “Não se trata de um desafio recente” (terceiro período do primeiro parágrafo): **Não trata-se de um desafio recente**
- b) “torna o quadro ainda mais constrangedor” (primeiro período do terceiro parágrafo): **torná-lo**
- c) “sem jamais se tornar prioridade efetiva do Estado” (último período do primeiro parágrafo): **sem jamais tornar-se prioridade efetiva do Estado**
- d) “não tem uma única cidade” (terceiro período do terceiro parágrafo): **não a têm** “que atravessa governos, ideologias e ciclos econômicos” (último período do primeiro parágrafo): **que lhes atravessa**

10. Empregado no Texto 2, o vocábulo “água” acentua-se devido à mesma regra de acentuação que determina o emprego do acento na palavra

- a) elétrica.  
b) política.  
c) compatíveis.  
d) próximas.  
e) país.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

*Nelma Fontana*

11. No que se refere à competência legislativa concorrente, segundo a CF/1988, assinale a alternativa correta:

- a) cabe à União editar normas gerais, aos Estados suplementá-las e, inexistindo norma geral federal, os Estados podem legislar plenamente até sobrevir a lei federal.
- b) cabe aos Municípios definir normas gerais, e à União apenas complementar as leis locais quando necessário.
- c) a matéria concorrente é de competência exclusiva dos Estados, sendo vedada a edição de normas gerais pela União.
- d) sobrevivendo norma geral federal, toda lei estadual anterior é revogada, ainda que compatível.
- e) por atender melhor à realidade regional, a lei estadual sempre prevalece sobre a norma geral federal.

**12.** Em razão de episódios de violência disseminada em um Estado, com ataques coordenados a prédios públicos e paralisação de serviços essenciais, o Presidente da República editou decreto instituindo estado de defesa em todo o território estadual, por 40 dias, prevendo: (i) restrição ao direito de reunião; (ii) interceptação telefônica por autorização administrativa; (iii) incomunicabilidade do preso por até 10 dias; (iv) censura prévia a conteúdos jornalísticos relacionados à crise durante a vigência. O decreto foi remetido ao Congresso Nacional 48 horas após a edição. À luz da CF/1988, é correto afirmar que

- a) o decreto é válido, pois o estado de defesa pode durar até 60 dias e dispensa controle do Congresso.
- b) o decreto é válido, pois o Presidente pode impor quaisquer restrições necessárias, inclusive censura e incomunicabilidade.
- c) o decreto é parcialmente válido: admite-se interceptação por ordem administrativa, mas o prazo deve ser ajustado para 30 dias.
- d) o decreto é inconstitucional, pois fixa prazo inicial superior ao permitido, inclui medidas vedadas e não observou o envio tempestivo ao Congresso.
- e) o decreto é inválido somente por abranger todo o Estado, sendo constitucionais o prazo e a incomunicabilidade previstos.

**13.** Assinale a alternativa correta, considerando o cabimento e os limites da ADPF no controle concentrado

- a) Na ADPF, o julgamento de mérito ocorre por maioria simples, porque a Lei nº 9.882/1999 não prevê quórum específico e, portanto, não se aplica o padrão das demais ações objetivas.
- b) A simples existência de ações ordinárias em andamento, ou a possibilidade abstrata de recurso extraordinário, impede automaticamente a ADPF, pois a subsidiariedade é interpretada de forma estritamente literal.
- c) É cabível ADPF para impugnar veto do Chefe do Executivo, por se tratar de ato do Poder Público

capaz de lesar preceito fundamental, ainda que exista outra via judicial em tese possível.

- d) Não se admite ADPF que tenha como objeto exclusivo decisão judicial já transitada em julgado, pois a ação não é via adequada para desconstituir coisa julgada.
- e) A ADPF pode ser usada para impugnar enunciado de súmula do STF (inclusive vinculante), por equivaler a “ato do Poder Público” para fins de controle concentrado.

**14.** Sobre a perda da nacionalidade brasileira, assinale a opção correta

- a) O cancelamento da naturalização pode ser realizado por decisão administrativa, inclusive com efeitos retroativos, dispensada sentença judicial.
- b) Admite-se a perda por manifestação expressa do interessado, desde que não gere apatridia, sendo possível a reaquisição nos termos da lei.
- c) A aquisição voluntária de nacionalidade estrangeira permanece como hipótese constitucional de perda automática da nacionalidade brasileira, salvo se houver risco de apatridia.
- d) A perda por cancelamento da naturalização alcança brasileiros natos e naturalizados e pode ocorrer em processo administrativo.
- e) Na hipótese de perda decorrente de cancelamento da naturalização, a reaquisição ocorre necessariamente por novo procedimento de naturalização, sem necessidade de decisão judicial.



**DIREITO ADMINISTRATIVO***Herbert Almeida*

**15.** No que se refere ao sistema de fiscalização e controle da administração pública previsto na Constituição Federal de 1988, assinale a opção correta:

- a) Compete ao Tribunal de Contas da União julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, devendo elaborar o parecer técnico no prazo de noventa dias.
- b) Verificada a ilegalidade em um contrato administrativo, o ato de sustação deve ser adotado diretamente pelo Tribunal de Contas da União, que decidirá a respeito no prazo de noventa dias.
- c) O dever de prestar contas recai exclusivamente sobre as pessoas jurídicas de direito público integrantes da administração direta e indireta que gerenciem dinheiros ou valores públicos.
- d) É função do sistema de controle interno de cada Poder realizar, por iniciativa própria, inspeções e auditorias de natureza operacional e patrimonial nas unidades administrativas do Poder Judiciário.
- e) Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

**16.** Acerca do regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, julgue os itens a seguir.

- I. As modalidades diálogo competitivo e concorrência são previstas para a delegação de serviços públicos através da concessão de serviços públicos.
- II. A caducidade consiste na retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização.

III. Os contratos de concessão e permissão poderão prever mecanismos de revisão das tarifas, a fim de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro.

Assinale a opção correta.

- a) Todos os itens estão certos.
- b) Apenas os itens I e III estão certos.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Apenas o item III está certo.

**17.** No que se refere aos atributos do poder de polícia e sua aplicação pela administração pública, assinale a opção correta:

- a) a discricionariedade do poder de polícia é absoluta e universal, inexistindo hipóteses em que o ato administrativo de polícia se expresse de forma vinculada.
- b) a executoriedade se manifesta por meios indiretos de coação, a exemplo da aplicação de multas ou impedimento de licenciamento de veículos.
- c) conforme a doutrina, a autoexecutoriedade é um atributo presente em todas as medidas de polícia, independentemente de urgência ou de autorização expressa em lei.
- d) a coercibilidade é o atributo que permite à administração pública executar suas decisões por meios próprios, dependendo sempre de prévia intervenção e autorização do Poder Judiciário.
- e) a cobrança de multa não paga espontaneamente não goza de autoexecutoriedade.

**18.** Segundo a Lei de Improbidade Administrativa, quando determinada autoridade pública permite, dolosamente, que se utilize, em obra ou serviço particular, o trabalho de servidor público, isso

- a) não configura ato de improbidade administrativa.
- b) configura ato de improbidade administrativa, alcançando inclusive a conduta culposa.
- c) configura ato de improbidade que causa lesão ao erário.
- d) configura ato de improbidade que importa enriquecimento ilícito.
- e) configura ato de improbidade que atenta contra os princípios da administração pública.

### **ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

*Géssica Ehle*

**19.** À luz do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), assinale a alternativa correta.

- a) O ECA adota a doutrina da proteção integral, a qual superou a narrativa anterior, referente à situação irregular, tendo abandonado a previsão de que crianças e adolescentes sejam sujeitos de direitos.
- b) O Estatuto aplica-se às crianças e adolescentes, exclusivamente.
- c) O ECA reconhece que a garantia de prioridade compreende a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.
- d) As medidas socioeducativas previstas no ECA aplicam-se a crianças e adolescentes autores de ato infracional, sempre considerando as circunstâncias do ato, agravantes, atenuantes e antecedentes.
- e) Ao adolescente que comete ato infracional, o ECA prevê a medida socioeducativa de internação, a qual será aplicada como primeira medida a fim de que se consiga evitar a reiteração.

**20.** Julgue as assertivas a seguir, relativas à disciplina da adoção prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente.

- ( ) Gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seus filhos para adoção deve ser encaminhada, sem constrangimento, à Justiça da Infância e da Juventude, não havendo tipificação alguma de sua conduta.
- ( ) Quando assim desejarem, os detentores da guarda possuem o prazo de 15 (quinze) dias para propor a ação de adoção, contado do dia seguinte ao término do estágio de convivência.
- ( ) Os recém-nascidos e as crianças acolhidas que não forem procuradas por suas famílias, serão cadastrados para adoção no prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir do dia do acolhimento.

A ordem correta para as assertivas acima dispostas é:

- a) V-V-V
- b) F-F-V
- c) V-V-F
- d) F-F-F
- e) V-F-V

**DIREITO TRIBUTÁRIO***Fábio Dutra*

**21.** Analise a situação hipotética: O Estado X instituiu, por meio de lei complementar estadual, Taxa de Prevenção e Combate a Incêndios, Busca e Salvamento (TCIBS), com valores variando conforme a área construída dos imóveis. Considerando o Código Tributário Nacional e a jurisprudência mais recente do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

- a) A taxa é inconstitucional, pois o serviço de combate a incêndios é sempre inespecífico e indivisível, não podendo ser remunerado mediante taxa.
- b) A taxa é constitucional, desde que o serviço de prevenção e combate a incêndios, busca e salvamento seja caracterizado como específico e divisível.
- c) A taxa é inconstitucional, pois os Estados-membros não possuem competência para instituir taxa de combate a incêndios, sendo esta exclusiva dos Municípios.
- d) A taxa é constitucional, independentemente de o serviço ser específico e divisível, bastando a competência estadual para prestação do serviço.
- e) A taxa é inconstitucional, pois o STF declarou a inconstitucionalidade de toda e qualquer taxa estadual de combate a incêndios.

**22.** Sobre a responsabilidade por infrações à legislação tributária, o CTN estabelece regras específicas nos arts. 136 e 137. Considerando tais dispositivos legais, assinale a alternativa errada:

- a) A responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável, salvo disposição de lei em contrário.
- b) A efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato não são relevantes para configurar a responsabilidade por infrações tributárias, em regra.
- c) Infrações conceituadas por lei como crimes ou contravenções sempre geram responsabilidade

peçoal do agente, mesmo quando praticadas no exercício regular de administração.

- d) Quanto às infrações em cuja definição o dolo específico do agente seja elementar, a responsabilidade é pessoal ao agente.
- e) A responsabilidade por infrações tributárias pode ser excluída, desde que haja denúncia espontânea da infração, com pagamento do tributo e dos juros de mora devidos.

**23.** João, residente em São Paulo, doou um apartamento localizado no Rio de Janeiro para sua filha Maria, que reside em Minas Gerais. Posteriormente, João faleceu, deixando como único bem um automóvel registrado em Brasília, sendo que seu inventário extrajudicial realizado em Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais. Considerando as regras constitucionais sobre competência tributária do ITCMD, assinale a alternativa correta.

- a) O ITCMD incidente sobre a doação do apartamento compete ao Estado de São Paulo, por ser o domicílio do doador.
- b) O ITCMD incidente sobre a doação do apartamento compete ao Estado de Minas Gerais, por ser o domicílio da donatária.
- c) O ITCMD incidente sobre o automóvel herdado compete ao Estado de São Paulo, onde era domiciliado João.
- d) O ITCMD incidente sobre o automóvel herdado compete ao Distrito Federal, onde o bem estava registrado.
- e) Tanto a doação do apartamento quanto a transmissão causa mortis do automóvel competem ao Estado de São Paulo, por ser o domicílio do doador e do de cujus.

24. De acordo com o Código Tributário Nacional, são modalidades de extinção do crédito tributário:

- a) Moratória, compensação e dação em pagamento de bens imóveis.
- b) Pagamento, transação e conversão de depósito em renda.
- c) Parcelamento, remissão e decisão judicial passada em julgado.
- d) Anistia, compensação e decisão administrativa irreformável.
- e) Isenção, consignação em pagamento e pagamento antecipado com homologação.

25. Considere as seguintes afirmativas sobre o princípio da anterioridade tributária:

- I. O Imposto de Importação está sujeito tanto à anterioridade anual quanto à anterioridade nonagesimal, tendo em vista que se trata de imposto que incide sobre o comércio exterior.
- II. O empréstimo compulsório instituído em caso de calamidade pública não se submete aos princípios da anterioridade anual e nonagesimal, podendo ser cobrado imediatamente após sua instituição.
- III. A alteração da base de cálculo do IPTU pode ser implementada antes de decorridos noventa dias da publicação da lei, desde que respeitada a anterioridade anual.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

## **RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO**

*Eduardo Mocellin*

26. Um gerente de logística recebeu solicitações de suprimentos de três departamentos distintos. O departamento de Manutenção solicitou R\$ 2.400,00, o de Operações solicitou R\$ 2.160,00 e o de Recursos Humanos solicitou R\$ 1.840,00. Devido a cortes orçamentários, o valor total disponibilizado para atender a esses três pedidos foi de apenas R\$ 5.600,00. O gerente optou por repartir esse montante entre os departamentos de maneira diretamente proporcional aos valores originais solicitados. Diante desse cenário, o departamento que fez a maior solicitação deixou de receber a quantia de

- a) R\$ 340,00.
- b) R\$ 330,00.
- c) R\$ 300,00.
- d) R\$ 270,00.
- e) R\$ 250,00.

27. Um auditor fiscal recebeu a tarefa de selecionar um grupo de 12 empresas para uma auditoria detalhada de ICMS, a partir de um rol de 15 empresas listadas com indícios de irregularidades. O protocolo de fiscalização estabelece uma regra específica para as duas maiores empresas da lista (Empresa X e Empresa Y): o auditor deve incluir obrigatoriamente ou a Empresa X ou a Empresa Y na seleção, mas jamais ambas simultaneamente. O número de maneiras distintas que o auditor pode escolher um grupo de 12 empresas para realizar a fiscalização é:

- a) 56
- b) 69
- c) 78
- d) 138
- e) 156

**P1:** Se o sistema de auditoria eletrônica for atualizado, a sonegação de impostos não aumentará.

**P2:** Se a sonegação de impostos não aumentar, a arrecadação de ICMS crescerá.

**P3:** Se a operação de fiscalização for deflagrada, a arrecadação de ICMS crescerá.

**P4:** Se a arrecadação de ICMS crescer, a meta fiscal será atingida.

**P5:** Se a meta fiscal for atingida, o auditor-fiscal receberá o bônus de produtividade.

**C:** O auditor-fiscal recebeu o bônus de produtividade.

**28.** Com base no texto anterior, assinale a opção que corresponde a uma negação da proposição P3.

a) A operação de fiscalização foi deflagrada, mas a arrecadação de ICMS não cresceu.

b) Se a operação de fiscalização não for deflagrada, a arrecadação de ICMS não crescerá.

c) Se a arrecadação de ICMS não cresceu, a operação de fiscalização não foi deflagrada.

d) A operação de fiscalização não será deflagrada ou a arrecadação de ICMS crescerá.

e) A operação de fiscalização foi deflagrada ou a arrecadação de ICMS cresceu.

**29.** Assinale a opção que apresenta o número de linhas da tabela-verdade da proposição P4.

a) 2

b) 4

c) 8

d) 16

e) 32

**30.** O texto apresenta um argumento com cinco premissas (P1 a P5) cuja conclusão é a proposição C. Assinale a opção que apresenta uma proposição que, caso incluída como premissa no argumento, tornará ele válido.

a) A sonegação de impostos aumentou.

b) O auditor-fiscal não recebeu o bônus de produtividade.

c) O sistema de auditoria eletrônica não foi atualizado.

d) A meta fiscal foi prejudicada ou postergada.

e) A arrecadação de ICMS cresceu.

## MATEMÁTICA FINANCEIRA

*Carlos Henrique*

**31.** Suzana, uma poderosa aluna do poderoso Estratégia Concursos, passou no concurso do SEFAZ PR e, ao receber o seu décimo terceiro salário, resolveu aplicar um certo capital a juros simples. O capital produz o montante de R\$ 72.000,00, em cinco meses e, em oito meses, esse montante passa a valer R\$ 76.800,00.

Pode-se concluir, nessas condições, que a taxa de juros aplicada ao capital de Suzana é:

a) 2,30% a.m.;

b) 2,50% a.m.;

c) 2,90% a.m.;

d) 3,00% a.m.;

e) 3,20% a.m..

**32.** Suzana, ao assumir seu cargo no fisco de PR, aplicou um capital no valor de R\$ 72.000,00, durante 8 meses, a juros simples, com uma taxa de 36% ao ano. No final do período, o montante é resgatado por Suzana e aplicado a juros compostos, durante um ano, a uma taxa de 5% ao semestre. A soma dos juros das duas aplicações, obtido por Suzana, é igual a

a) R\$ 26.012,30.

b) R\$ 24.026,40.

c) R\$ 25.176,00.

d) R\$ 24.226,40.

e) R\$ 26.431,20.



**33.** Waleska, uma empresária no ramo de cosméticos, adquiriu uma dívida no valor de R\$ 308.000,00. Ela pretende quitar a dívida em dois pagamentos: K reais daqui a um ano e outro de 2K reais daqui a 2 anos. Considerando o critério de juros compostos a uma taxa de 8% ao ano, obtém-se que K é igual a

- a) R\$ 108.000,00
- b) R\$ 116 640,00
- c) R\$ 120.326,40
- d) R\$ 124.492,80
- e) R\$ 132.659,20

**34.** Juscelino, um jovem empreendedor, deseja comprar uma cobertura na Barra da Tijuca cujo valor é de R\$ 2.000.000,00 utilizando o Sistema de Amortização Constante-SAC. A financeira financia essa cobertura em 100 meses, a uma taxa de 2% ao mês, juros compostos. Assim, a quinquagésima primeira prestação a ser paga será de:

- a) R\$ 40.600,00
- b) R\$ 40.000,00
- c) R\$ 40.800,00
- d) R\$ 40.400,00
- e) R\$ 50.000,00

**35.** A indústria COUTINHO E FILHOS contraiu um empréstimo no valor de R\$ 640.000,00 deverá ser pago por meio de 5 prestações mensais, iguais e consecutivas, vencendo a primeira um mês após a data da concessão do empréstimo. Sabe-se que foi utilizado o Sistema Francês de Amortização (Tabela Price) com uma taxa de juros compostos de 3% ao mês, encontrando-se R\$ 139.744,00 para o valor de cada prestação. Imediatamente após o pagamento da primeira prestação, se K representa o percentual do saldo devedor com relação ao valor do empréstimo, então:

- a)  $83\% \leq K < 84\%$
- b)  $82\% \leq K < 83\%$
- c)  $81\% \leq K < 82\%$
- d)  $80\% \leq K < 81\%$
- e)  $79\% \leq K < 80\%$

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

*Stefan Fantini*

**36.** Os fragmentos a seguir foram extraídos do site da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná (SEFAZ-PR).

“Executar com integridade a administração tributária, aplicando a legislação de forma a viabilizar a arrecadação estadual.”

“Ser reconhecida como instituição essencial ao Estado, competente e tecnicamente autônoma, com ações pautadas na ética e na integridade.”

Os fragmentos representam, respectivamente:

- a) a visão e a missão SEFAZ-PR.
- b) a missão e a visão SEFAZ-PR.
- c) a visão e os valores SEFAZ-PR.
- d) a missão e os valores SEFAZ-PR.
- e) os valores e a missão SEFAZ-PR.

**37.** O planejamento estratégico

- a) é elaborado pelo nível intermediário da empresa.
- b) possui orientação para o médio prazo.
- c) abrange a organização em sua totalidade.
- d) concentra-se em atividades básicas e tarefas rotineiras
- e) limita-se a uma unidade específica da organização.

**38.** Entre os seis elementos básicos considerados no desenho da estrutura organizacional, aquele que expressa quantos subordinados um gestor consegue supervisionar com eficácia e eficiência é denominado:

- a) especialização do trabalho.
- b) departamentalização.
- c) cadeia de comando.
- d) amplitude de controle.
- e) formalização

**39.** Segundo a teoria dos dois fatores de Frederick Herzberg, certos elementos estão ligados ao ambiente de trabalho e à prevenção da insatisfação. Nessa perspectiva, o salário é classificado como:

- a) fator motivacional
- b) fator de segurança
- c) fator higiênico
- d) fator de estima
- e) fator social

**40.** O ciclo PDCA é uma ferramenta voltada à melhoria contínua e se estrutura em quatro etapas. A etapa em que se avalia os resultados do que foi executado é:

- a) P (Plan)
- b) D (Do)
- c) C (Check)
- d) A (Act)
- e) S (Study)

**Acerca do assunto Dívida Ativa, julgue os itens que se seguem.**

**41.** A classificação da dívida ativa em tributária e não tributária possui relevância jurídica e contábil, influenciando o regime de constituição, cobrança e controle dos créditos públicos.

À luz da legislação vigente, assinale a alternativa correta.

- a) A dívida ativa tributária decorre exclusivamente de impostos, excluindo taxas e contribuições.
- b) A dívida ativa não tributária compreende créditos oriundos de multas administrativas, aluguéis, indenizações e restituições devidas ao erário.
- c) A dívida ativa tributária prescinde de lançamento prévio para sua inscrição.
- d) A distinção entre dívida ativa tributária e não tributária é irrelevante para fins de execução fiscal.

e) A dívida ativa não tributária integra o rol das receitas extraorçamentárias.

**42.** A arrecadação da dívida ativa produz efeitos relevantes no âmbito orçamentário e patrimonial da Administração Pública.

Considerando o tratamento conferido pela Lei nº 4.320/1964, assinale a alternativa correta.

- a) A dívida ativa, quando efetivamente arrecadada, classifica-se como receita de capital.
- b) A arrecadação da dívida ativa extingue automaticamente o crédito sem reflexos orçamentários.
- c) A arrecadação da dívida ativa constitui ingresso extraorçamentário, por não integrar a previsão da receita.
- d) A arrecadação da dívida ativa é registrada como receita corrente, independentemente de sua origem.
- e) A dívida ativa somente impacta o patrimônio público, sem repercussão orçamentária.

**43.** A inscrição em dívida ativa constitui etapa essencial para a cobrança dos créditos públicos, conferindo-lhes atributos necessários à exigibilidade judicial.

Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- a) A inscrição em dívida ativa pode ocorrer antes do vencimento da obrigação, desde que haja previsão legal.
- b) A inscrição em dívida ativa exige decisão judicial transitada em julgado.
- c) A inscrição em dívida ativa pressupõe crédito vencido, não pago e regularmente apurado em procedimento administrativo.
- d) A inscrição em dívida ativa constitui o crédito público, dispensando o lançamento nos créditos tributários.
- e) A inscrição em dívida ativa extingue a obrigação do devedor perante a Fazenda Pública.

**Acerca do assunto Créditos Orçamentários, julgue os itens que se seguem.**

**44.** Os créditos adicionais constituem instrumentos de ajuste do orçamento público durante sua execução, permitindo adequar a programação originalmente aprovada às necessidades supervenientes da Administração.

À luz da Constituição Federal e da Lei nº 4.320/1964, assinale a alternativa correta.

- a) Os créditos adicionais destinam-se exclusivamente à cobertura de despesas urgentes e imprevisíveis.
- b) Os créditos adicionais independem de autorização legislativa quando houver disponibilidade financeira suficiente.
- c) Os créditos adicionais classificam-se em suplementares, especiais e extraordinários, conforme a natureza da alteração promovida no orçamento.
- d) Os créditos adicionais sempre implicam criação de novas dotações orçamentárias.
- e) Os créditos adicionais substituem as dotações originalmente fixadas na Lei Orçamentária Anual.

**45.** Durante a execução orçamentária, determinado órgão identificou a necessidade de realizar despesa não prevista na Lei Orçamentária Anual, relacionada à implementação de nova ação administrativa, sem que se caracterize situação de urgência ou imprevisibilidade extrema.

Nessa situação, à luz do regime jurídico orçamentário, o instrumento adequado para viabilizar a despesa é

- a) crédito suplementar, destinado ao reforço de dotação já existente.
- b) crédito especial, destinado à criação de dotação para despesa não prevista na LOA.
- c) crédito extraordinário, próprio para despesas urgentes e imprevisíveis.
- d) operação de crédito por antecipação de receita orçamentária.
- e) remanejamento automático de dotações autorizado pela LDO.

**Acerca do assunto Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens que se seguem.**

**46.** O Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) constitui instrumento central de acompanhamento da execução do orçamento público, integrando o conjunto de mecanismos de transparência previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

À luz da LC nº 101/2000, assinale a alternativa correta.

- a) O RREO é elaborado anualmente, ao final do exercício financeiro, consolidando a execução orçamentária do ente federativo.
- b) O RREO possui periodicidade bimestral e tem por finalidade demonstrar a execução das receitas e despesas, inclusive quanto ao cumprimento das metas fiscais.
- c) O RREO é exigido exclusivamente da União, em razão de sua função de consolidação das contas nacionais.
- d) O RREO substitui o Relatório de Gestão Fiscal no acompanhamento dos limites da despesa com pessoal.
- e) O RREO restringe-se à análise da despesa com pessoal e do endividamento público.

**47.** A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece medidas obrigatórias a serem adotadas quando a despesa total com pessoal ultrapassa o limite máximo legalmente fixado.

Nessa situação, nos termos da LC nº 101/2000, assinale a alternativa correta.

- a) A criação de cargos, empregos ou funções públicas é admitida, desde que sem aumento de despesa.
- b) A adoção de medidas corretivas depende de autorização prévia do Poder Legislativo.
- c) A concessão de vantagens e aumentos permanece permitida, desde que prevista na Lei Orçamentária Anual.
- d) A contratação de horas extras é livremente autorizada para recomposição da força de trabalho.
- e) Devem ser adotadas medidas como a redução de, no mínimo, 20% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança, além da exoneração de servidores não estáveis.

**Acerca do assunto Princípios Orçamentários, julgue os itens que se seguem.**

**48.** Os princípios orçamentários orientam a elaboração, a aprovação e a execução do orçamento público, exercendo papel central no controle da atividade financeira do Estado.

À luz da Constituição Federal, da Lei nº 4.320/1964 e da doutrina especializada, assinale a alternativa correta.

- a) Os princípios orçamentários possuem natureza exclusivamente doutrinária, não produzindo efeitos jurídicos.
- b) Apenas os princípios expressamente previstos no texto constitucional possuem relevância jurídica.
- c) Os princípios orçamentários decorrem de normas constitucionais, legais e da construção doutrinária, vinculando a atuação administrativa.
- d) Os princípios orçamentários aplicam-se apenas à fase de elaboração do orçamento, não alcançando sua execução.
- e) O descumprimento de princípios orçamentários não gera consequências jurídicas, por se tratar de diretrizes abstratas.

**49.** O princípio da anualidade, também denominado periodicidade orçamentária, constitui uma das bases do sistema orçamentário brasileiro.

Considerando esse princípio, assinale a alternativa correta.

- a) O orçamento público possui vigência indeterminada, podendo ser executado até sua completa exaustão financeira.
- b) O orçamento público tem vigência limitada a um exercício financeiro, coincidindo com o ano civil.
- c) O orçamento público deve ser elaborado e executado exclusivamente em períodos plurianuais.
- d) O orçamento público pode ser automaticamente prorrogado, caso não haja nova lei orçamentária.
- e) A anualidade impede a existência de exceções previstas na Constituição, como a reabertura de créditos.

**50.** O princípio da não vinculação (ou não afetação) da receita de impostos busca conferir flexibilidade à gestão orçamentária, evitando o engessamento excessivo das finanças públicas.

À luz da Constituição Federal, assinale a alternativa que apresenta exceção constitucional a esse princípio.

- a) O pagamento de despesas de custeio administrativo.
- b) O financiamento de políticas públicas discricionárias.
- c) A destinação mínima de recursos para ações e serviços públicos de saúde e para manutenção e desenvolvimento do ensino.
- d) A cobertura de despesas correntes do Poder Executivo.
- e) A realização de investimentos definidos na Lei Orçamentária Anual.

**NOÇÕES DE ECONOMIA E DE FINANÇAS PÚBLICAS***Celso Natale*

**51.** A respeito das políticas fiscal e monetária, bem como de seus instrumentos e efeitos macroeconômicos, assinale a alternativa correta.

- a) A política fiscal expansionista é caracterizada pela elevação da taxa básica de juros com o objetivo de conter pressões inflacionárias.
- b) A política monetária atua diretamente sobre os gastos públicos, alterando tributos e transferências governamentais.
- c) Em um regime de metas de inflação, a política monetária utiliza a taxa de juros como principal instrumento para controlar a demanda agregada.
- d) A política fiscal contracionista é implementada, exclusivamente, por meio da redução da base monetária.
- e) A política monetária expansionista tende a reduzir a liquidez da economia no curto prazo.

**52.** Considerando a função do bem-estar e as políticas alocativas, distributivas e de estabilização, assinale a alternativa correta.

- a) A política de estabilização busca suavizar flutuações do nível de atividade econômica e da inflação ao longo do ciclo econômico.
- b) A política distributiva tem como foco principal a correção de externalidades positivas e negativas.
- c) A política alocativa é desnecessária quando os mercados são competitivos, ainda que existam bens públicos.
- d) A função do bem-estar limita-se à maximização da eficiência produtiva.
- e) As políticas de estabilização atuam diretamente sobre a estrutura de preços relativos da economia.

**53.** A respeito do conceito de déficit público, assinale a alternativa correta.

- a) O déficit público corresponde à diferença negativa entre receitas e despesas primárias do governo, excluídos os juros da dívida.
- b) O déficit nominal reflete o resultado fiscal após a inclusão das despesas com juros da dívida pública.
- c) O déficit operacional exclui tanto os juros nominais quanto a correção monetária da dívida pública.
- d) O déficit primário é irrelevante para a análise da dinâmica da dívida pública.
- e) O conceito de déficit público é independente do critério de competência ou de caixa adotado pelo governo.

**54.** No que se refere às formas de financiamento do déficit público, assinale a alternativa correta.

- a) O financiamento por emissão monetária tende a ser neutro em termos inflacionários no curto prazo.
- b) O financiamento por endividamento interno não afeta a taxa de juros da economia.
- c) O financiamento do déficit por meio de emissão de dívida pública pode elevar o estoque da dívida e as despesas futuras com juros.
- d) O financiamento externo do déficit elimina riscos associados à sustentabilidade fiscal.
- e) A emissão de títulos públicos não interfere na política monetária.



**55.** Considere os itens a seguir, relativos às funções do Estado, ao financiamento dos gastos públicos por meio da tributação e à função do bem-estar.

- I. A função alocativa do Estado justifica intervenções governamentais diante da existência de bens públicos e externalidades, mesmo em economias com mercados competitivos.
- II. A equidade horizontal na tributação pressupõe que contribuintes com capacidades contributivas distintas sejam tratados de forma diferenciada pelo sistema tributário.
- III. As políticas distributivas e de estabilização integram a função do bem-estar do Estado, ao buscarem, respectivamente, maior equidade na distribuição de renda e estabilidade macroeconômica.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens I e III estão corretos.
- d) Apenas os itens II e III estão corretos.
- e) Todos os itens estão corretos.

**56.** Acerca da tributação, de seus principais tipos e das noções de progressividade, regressividade e neutralidade, marque a alternativa INCORRETA.

- a) Tributos diretos incidem, em regra, sobre renda ou patrimônio e admitem menor possibilidade de repasse do ônus tributário.
- b) Tributos indiretos incidem sobre o consumo e tendem a apresentar caráter regressivo em termos de renda.
- c) A progressividade tributária caracteriza-se pelo aumento da carga tributária superior à elevação da renda do contribuinte.
- d) A neutralidade tributária refere-se à capacidade do sistema tributário de não alterar decisões de consumo, produção ou investimento.
- e) Tributos progressivos são incompatíveis com o princípio da equidade vertical.

**57.** Um sistema tributário no qual a carga tributária diminui, proporcionalmente, à medida que a renda do contribuinte aumenta caracteriza-se como:

- a) Progressivo
- b) Proporcional
- c) Regressivo
- d) Neutro
- e) Indireto

**58.** Considere os itens a seguir, a respeito do federalismo fiscal.

- I. O federalismo fiscal analisa a distribuição de competências tributárias e de responsabilidades de gasto entre os diferentes níveis de governo.
- II. As transferências intergovernamentais podem ser utilizadas como instrumento para reduzir desequilíbrios fiscais verticais e horizontais entre entes federativos.
- III. Segundo o modelo de Tiebout, a centralização das decisões fiscais amplia o conjunto de alternativas disponíveis aos cidadãos, favorecendo a revelação de preferências.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens I e III estão corretos.
- d) Apenas os itens II e III estão corretos.
- e) Todos os itens estão corretos.

59. Julgue os itens a seguir, relativos a alguns dos principais planos econômicos implementados no Brasil:

- I. O Plano de Metas, executado durante o governo JK, priorizou a industrialização por meio de investimentos em setores estratégicos, como energia, transportes e bens de capital, além da construção de Brasília.
- II. O PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo), lançado em 1964, teve como principal instrumento de combate à inflação o controle direto e generalizado de preços, com papel secundário do ajuste fiscal.
- III. O período conhecido como Milagre Econômico (1968–1973) caracterizou-se por crescimento acelerado, sustentado predominantemente pela expansão do mercado interno, com participação limitada do capital estrangeiro.
- IV. O Plano Real promoveu a estabilização de preços sobretudo por meio do controle cambial, tendo o ajuste fiscal desempenhado papel acessório no processo de desinflação.

Assinale a opção correta:

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens I e III estão corretos.
- d) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
- e) Todos os itens estão corretos.

60. Julgue os itens a seguir, a respeito de indicadores financeiros utilizados na análise de empresas e de economias nacionais.

- I. Indicadores financeiros funcionam como aproximações da realidade econômica, sendo inadequado interpretá-los isoladamente para conclusões definitivas sobre desempenho ou solvência.
- II. Indicadores de rentabilidade, como ROE e margem líquida, permitem avaliar simultaneamente a lucratividade da empresa e sua capacidade de honrar obrigações de curto prazo.

III. Indicadores fiscais, como resultado primário e dívida pública em relação ao PIB, são utilizados para avaliar a situação fiscal de um país, mas não capturam, isoladamente, aspectos distributivos ou sociais do desenvolvimento econômico.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens I e III estão corretos.
- d) Apenas os itens II e III estão corretos.
- e) Todos os itens estão corretos.

## **NOÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

*Emannuelle Gouveia*

61. No Windows 10, dentro do menu Configurações, um técnico deseja configurar uma política para que o sistema bloqueie automaticamente a tela após determinado tempo de inatividade. Considerando as opções disponíveis no menu "Configurações", qual é o caminho mais adequado para realizar ambas as configurações:

- a) Configurações > Sistema > Sobre
- b) Configurações > Dispositivos > Bluetooth e outros dispositivos
- c) Configurações > Contas > Opções de entrada
- d) Configurações > Personalização > Tela de fundo
- e) Configurações > Sistema > Energia e suspensão

62. No Word, no menu Propriedades, localizado no lado direito da tela do menu Arquivo/Informações NÃO é possível:

- a) verificar o tamanho do documento.
- b) verificar a quantidade de palavras do documento.
- c) verificar a quantidade de páginas do documento
- d) verificar a quantidade de caracteres do documento.
- e) verificar o tempo total de edição do documento.

**63.** Considere uma planilha MS Excel na qual a célula A1 contém o valor 100 e a célula A3 contém a fórmula  $=A1/A2*100$  e exibe o texto “#VALOR!”.

Dado que as células A1, A2 e A3 estão formatadas como “Geral”, é correto concluir que na célula A2

- a) nada foi digitado.
- b) foi digitada uma string.
- c) foi digitado o número “0,00001”.
- d) foi digitado o número “0”.
- e) foi digitada a string “18/05/25”.

**64.** Em um serviço de correio eletrônico, ao redigir uma nova mensagem, um usuário deseja incluir um colega como destinatário visível, outro como cópia oculta, e ainda anexar um arquivo PDF com menos de 10 MB.

Quais campos e ações o usuário deve utilizar corretamente para essa tarefa?

- a) Preencher o campo “Para” com ambos os e-mails, usar o botão “Anexar imagem” e marcar como urgente.
- b) Preencher o campo “Cc” com todos os destinatários, incluir o PDF colando no corpo da mensagem.
- c) Preencher o campo “Para” com o destinatário principal, o campo “Cco” com o oculto, e usar o botão “Anexar arquivo”.
- d) Preencher o campo “Assunto” com os nomes dos destinatários e colar o link do arquivo no corpo da mensagem.
- e) Preencher apenas o campo “Para”, anexar o arquivo como .zip e ativar confirmação de leitura para todos.

**65.** No Google Chrome o usuário digitou a opção “Estados do Brasil” filetype:pdf . Qual das opções indica o retorno que será exibido para ele:

- a) Serão exibidas apenas as páginas que possuem a expressão “pdf” no texto.

b) Serão exibidos os arquivos pdf que tem exatamente a expressão “Estados do Brasil” escrita dessa forma e nessa sequência.

c) Serão exibidas os arquivos pdf que tem qualquer uma das palavras contidas na expressão “Estados do Brasil”.

d) Serão exibidas os arquivos pdf que não tem nenhuma das palavras contidas na expressão “Estados do Brasil”.

e) Serão exibidos qualquer arquivo que tenha exatamente a expressão “Estados do Brasil” escrita dessa forma e nessa sequência.

**66.** Assinale a alternativa que apresenta corretamente a definição de phishing:

- a) Ato de capturar dados por meio de interceptação de redes Wi-Fi abertas.
- b) Software malicioso que se disfarça de aplicativo legítimo para enganar o usuário.
- c) Técnica de ataque que visa enganar o usuário para que ele forneça dados sigilosos.
- d) Programa que bloqueia o sistema e exige resgate em dinheiro.
- e) Técnica de propagação de vírus por meio de dispositivos USB.

**67.** A operação OLAP que cria um subcubo selecionando uma única dimensão do cubo OLAP principal é:

- a) Slice
- b) Pivot
- c) Roll up.
- d) Drill down.
- e) Drill Across.

**68.** No contexto de Analytics, os diferentes tipos de análise não se distinguem apenas por ferramentas, mas principalmente pelo tipo de pergunta que respondem. Assinale a alternativa que estabelece corretamente essa relação conceitual.

- a) Analytics descritivo busca identificar causas raiz de fenômenos observados, explicando por que os resultados ocorreram.
- b) Analytics diagnóstico concentra-se em estimar cenários futuros com base em modelos estatísticos e séries temporais.
- c) Analytics preditivo tem como foco principal recomendar automaticamente ações ótimas para o negócio.
- d) Analytics prescritivo limita-se à apresentação de indicadores históricos consolidados.
- e) Analytics descritivo, diagnóstico, preditivo e prescritivo diferenciam-se pelo tipo de pergunta que respondem: o que aconteceu, por que aconteceu, o que tende a acontecer e o que deve ser feito, respectivamente.

**69.** A Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) estabelece princípios e regras para o tratamento de dados pessoais no Brasil. Assinale a alternativa que está de acordo com o texto legal da LGPD.

- a) A LGPD tem como fundamento a proteção dos direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, bem como o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.
- b) A LGPD aplica-se exclusivamente ao tratamento de dados pessoais realizado por órgãos da administração pública direta.
- c) A LGPD permite o tratamento de dados pessoais sensíveis sem base legal específica, desde que haja interesse econômico do controlador.
- d) A LGPD restringe-se a dados pessoais coletados exclusivamente em meio digital.
- e) A LGPD não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado para fins comerciais.

**70.** A Lei de Acesso à Informação) estabelece regras para garantir o acesso a informações públicas. Assinale a alternativa que está de acordo com o regime jurídico definido por esses normativos.

- a) O acesso à informação depende, como regra geral, da comprovação de interesse direto e específico do solicitante.
- b) Informações classificadas como sigilosas podem permanecer sob sigilo por prazo indeterminado, a critério da autoridade responsável.
- c) O pedido de acesso à informação deve ser motivado, indicando as razões pessoais ou institucionais do solicitante.
- d) O acesso à informação é a regra, e o sigilo constitui exceção, devendo ser justificado de forma expressa e fundamentada nos termos da lei.
- e) A Lei de Acesso à Informação aplica-se exclusivamente aos órgãos do Poder Executivo federal.

**NOÇÕES DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO (CASP)***Gilmar Possati*

**71.** No que tange às características qualitativas da informação contábil aplicada ao setor público, descritas na Estrutura Conceitual e no MCASP, assinale a opção correta.

- a) A relevância e a representação fidedigna são classificadas como características qualitativas de melhoria, sendo pré-requisitos para que a informação seja útil.
- b) A tempestividade, por si só, é capaz de tornar uma informação relevante se ela não possuir representação fidedigna.
- c) A verificabilidade é a característica que permite aos usuários identificar e compreender as similaridades e as diferenças entre itens, exigindo, no mínimo, dois itens para comparação.
- d) A materialidade é considerada uma restrição à capacidade da informação de ser útil, e não uma característica qualitativa propriamente dita.
- e) A compreensibilidade é alcançada quando a informação é classificada, caracterizada e apresentada de forma clara e concisa, independentemente do conhecimento prévio do usuário sobre as atividades da entidade.

**72.** Acerca das variações patrimoniais e do seu reconhecimento sob o enfoque patrimonial, assinale a opção correta.

- a) As variações patrimoniais qualitativas são aquelas que alteram a composição do patrimônio sem modificar o montante do patrimônio líquido da entidade.
- b) O reconhecimento de uma Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) ocorre sempre de forma concomitante com a arrecadação da receita orçamentária.
- c) As variações patrimoniais quantitativas derivam exclusivamente de eventos decorrentes da

execução do orçamento público (receitas e despesas orçamentárias).

- d) A aquisição de um veículo à vista, no momento da liquidação da despesa, gera uma variação patrimonial diminutiva (VPD) no resultado do exercício.
- e) O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações qualitativas e as variações quantitativas acumuladas no exercício.

**73.** No que se refere aos critérios de mensuração e reconhecimento de ativos não circulantes no setor público, assinale a opção correta.

- a) O valor depreciável de um ativo imobilizado é determinado após a dedução de seu valor residual; se o valor residual aumentar a ponto de igualar o valor contábil do ativo, a despesa de depreciação será zero.
- b) Os gastos posteriores com manutenção periódica de itens do imobilizado, que visam manter a capacidade produtiva original, devem ser incorporados ao valor contábil do ativo.
- c) Ativos intangíveis com vida útil indefinida devem ser amortizados anualmente com base em uma estimativa de 10 anos, conforme critério de prudência.
- d) A redução ao valor recuperável (*impairment*) deve ser aplicada obrigatoriamente a todos os bens móveis e imóveis da entidade, independentemente de haver indícios de desvalorização.
- e) Itens do ativo imobilizado obtidos por meio de transações sem contraprestação (doações) devem ser mensurados inicialmente pelo valor simbólico de R\$ 1,00 para fins de controle patrimonial.



**74.** De acordo com as normas de passivos e provisões aplicadas ao setor público, assinale a opção correta.

- a) Uma provisão deve ser reconhecida quando existe uma obrigação presente, cuja saída de recursos seja considerada possível e o valor possa ser estimado com confiabilidade.
- b) Os passivos contingentes devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial quando a probabilidade de perda for remota, para fins de transparência fiscal.
- c) Um ativo contingente não deve ser reconhecido nas demonstrações contábeis, mas deve ser divulgado em notas explicativas quando for provável a entrada de benefícios econômicos ou potencial de serviços.
- d) Provisões e passivos contingentes são sinônimos contábeis, diferenciando-se apenas pela natureza da conta (curto ou longo prazo).
- e) O reconhecimento de uma provisão para riscos fiscais gera uma variação patrimonial qualitativa, sem impacto no resultado patrimonial do exercício.

**75.** O PCASP é a estrutura básica da escrituração contábil no setor público. Sobre sua lógica e estrutura, assinale a opção correta.

- a) As contas de natureza de informação orçamentária (Classes 5 e 6) registram os atos administrativos que podem vir a afetar o patrimônio, como contratos e convênios.
- b) O 6º nível do código da conta contábil (Item) é utilizado obrigatoriamente para a identificação das transações intergovernamentais que serão objeto de eliminação na consolidação.
- c) O lançamento de encerramento do exercício, que confronta VPA e VPD, utiliza contas das classes 1 (Ativo) e 2 (Passivo).
- d) As contas de compensação, que integram a natureza de informação patrimonial, são identificadas pelas classes 7 (Controles devedores) e 8 (Controles credores).

e) A natureza da informação patrimonial é registrada exclusivamente nas Classes 1, 2, 3 e 4.

**76.** Sobre o reconhecimento e os estágios da despesa orçamentária, assinale a opção correta.

- a) O empenho da despesa é o estágio que cria para o Estado a obrigação de pagamento, independentemente do implemento de condição pelo credor.
- b) Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) referem-se a gastos que foram devidamente empenhados no exercício anterior, mas cujo pagamento não ocorreu até 31 de dezembro, sendo inscritos automaticamente em conta de passivo.
- c) O suprimento de fundos é considerado uma despesa efetiva no momento da entrega do numerário ao servidor (concessão).
- d) No estágio da liquidação, ocorre a verificação do direito adquirido pelo credor e, sob o enfoque patrimonial, representa o momento de reconhecimento da VPD, caso o fato gerador ocorra nesse estágio.
- e) A reserva de dotação orçamentária é considerada o primeiro estágio da execução da despesa pública.

**77.** Considerando as demonstrações contábeis previstas no MCASP, assinale a opção correta.

- a) O Balanço Orçamentário demonstra a evolução do patrimônio líquido da entidade ao longo do exercício financeiro.
- b) No Balanço Financeiro, as transferências financeiras recebidas e concedidas são apresentadas como receitas e despesas orçamentárias, respectivamente.
- c) O Balanço Orçamentário é composto por Quadro Principal, Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados e Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados.
- d) O superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior não pode ser utilizado como fonte para abertura de créditos adicionais no Balanço Orçamentário atual.
- e) O Balanço Financeiro evidencia o resultado orçamentário do período, obtido pelo confronto entre a receita arrecadada e a despesa empenhada.

**78.** Sobre a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), assinale a opção correta.

- a) A DVP evidencia as variações qualitativas e quantitativas ocorridas no patrimônio da entidade durante o exercício.
- b) O resultado patrimonial apurado na DVP é obrigatoriamente idêntico ao resultado orçamentário do período.
- c) Ganhos com a alienação de bens imobilizados são classificados como Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) na DVP.
- d) A DVP deve ser elaborada utilizando-se a natureza de informação orçamentária (Classes 5 e 6 do PCASP).
- e) As variações patrimoniais aumentativas e diminutivas são reconhecidas na DVP pelo regime de caixa, seguindo o padrão da receita pública.

**79.** Quanto à contabilidade de custos no setor público, assinale a opção correta.

- a) A apuração de custos no setor público é facultativa, sendo exigida apenas para empresas estatais dependentes.
- b) O custo direto é aquele que depende de rateio ou estimativas para ser atribuído ao objeto de custo.
- c) O objeto de custo é a unidade de produto, serviço, projeto ou atividade para a qual se deseja uma mensuração separada de custos.
- d) No ambiente público, a depreciação de equipamentos hospitalares é classificada como um custo variável, pois depende do volume de atendimentos.
- e) O sistema de custos deve ser integrado ao orçamento, de modo que o valor empenhado seja sempre igual ao custo do serviço no período.

**80.** A respeito do regime de adiantamento, conhecido como suprimento de fundos, assinale a opção correta.

- a) O suprimento de fundos dispensa a realização do estágio do empenho, dada a urgência da despesa.
- b) O servidor que detém o suprimento de fundos pode utilizá-lo para a aquisição de bens de capital, desde que devidamente justificado.
- c) No momento da concessão do suprimento, registra-se uma despesa orçamentária (ênfoque orçamentário) e o surgimento de um direito (ênfoque patrimonial).
- d) A prestação de contas do suprimento de fundos deve ser feita obrigatoriamente até o último dia útil do exercício financeiro, sem possibilidade de transposição.
- e) O suprimento de fundos é uma modalidade de licitação simplificada para despesas de pequeno valor.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****CONTABILIDADE GERAL***Júlio Cardozo*

**81.** A contabilidade é uma ciência social aplicada que tem por finalidade estudar, controlar e evidenciar os fenômenos que afetam a situação patrimonial das entidades. Estão incluídas no objeto de estudo da contabilidade:

I os administradores das entidades.

II os investidores e credores.

III os bens e direitos das entidades.

IV as obrigações das entidades com terceiros e seus sócios.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item III está correto.

b) Apenas os itens I e II estão corretos.

c) Apenas os itens III e IV estão corretos.

d) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.

e) Todos os itens estão corretos.

**82.** As informações contábeis são produzidas a partir do registro e do tratamento sistemático dos atos e fatos que afetam o patrimônio das entidades. Considerando a finalidade principal da contabilidade, assinale a alternativa correta.

a) Atender prioritariamente às exigências fiscais do Estado, garantindo o correto recolhimento de tributos pelas entidades.

b) Produzir informações padronizadas destinadas exclusivamente aos acionistas e investidores da entidade.

c) Fornecer informações úteis sobre a situação patrimonial, financeira e de desempenho da entidade, que auxiliem a tomada de decisões por parte de seus diversos usuários.

d) Registrar apenas os atos e fatos de natureza econômica que envolvam movimentação financeira efetiva.

e) Controlar os resultados da entidade com o objetivo principal de reduzir custos e maximizar lucros.

**83.** No que se refere à mensuração inicial de um item do ativo imobilizado e à composição de seu custo, assinale a alternativa correta.

a) O custo de um item do ativo imobilizado compreende o seu preço de aquisição, acrescido de impostos recuperáveis e de todos os custos administrativos incorridos até que o ativo esteja disponível para uso.

b) Os custos com propaganda e atividades promocionais associadas ao lançamento de novo produto fabricado com o ativo adquirido devem ser incorporados ao custo do ativo imobilizado, por estarem diretamente relacionados à sua utilização.

c) Quando o prazo de pagamento pela aquisição de um item do ativo imobilizado exceder os prazos normais de crédito, a diferença entre o preço equivalente à vista e o total dos pagamentos deve ser reconhecida como despesa financeira ao longo do período, salvo se passível de capitalização como custo de empréstimo.

d) Os custos de treinamento de empregados para operar um novo equipamento devem ser capitalizados como parte do custo do ativo, por se tratarem de custos diretamente atribuíveis à sua utilização.

e) O custo do ativo imobilizado deve refletir o valor justo do ativo na data do reconhecimento inicial, ainda que esse valor seja superior ao preço à vista pactuado na aquisição.

**84.** Ativo imobilizado é um item tangível mantido para uso na produção ou no fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a terceiros ou para fins administrativos, e que se espera utilizar por mais de um período. Considerando os critérios para mensuração de ativos imobilizados, assinale a alternativa correta.

- a) Terrenos devem ser depreciados pelo método linear, uma vez que possuem vida útil indeterminada.
- b) A depreciação tem por objetivo reconhecer a perda do valor de mercado do ativo imobilizado ao longo do tempo.
- c) A vida útil de um ativo imobilizado pode ser definida tanto pelo período durante o qual a entidade espera utilizá-lo quanto pela quantidade de unidades que se espera obter com o seu uso.
- d) A amortização é o procedimento aplicável aos ativos imobilizados tangíveis utilizados na atividade operacional da entidade.
- e) Um item do ativo imobilizado deve ser mensurado inicialmente pelo valor justo, sempre que este for mais relevante que o custo.

**85.** Uma entidade pública adquiriu, em 01/01/20X1, uma máquina destinada à produção pelo custo de R\$ 300.000. Na data da aquisição, a administração estimou:

- valor residual: R\$ 30.000;
- capacidade total de produção ao longo da vida útil: 1.500.000 unidades.

A entidade adota o método das unidades produzidas para fins de depreciação, em conformidade com as normas contábeis, e registra a depreciação pelo regime de competência.

A produção efetiva da máquina foi:

- 20X1: 200.000 unidades
- 20X2: 250.000 unidades
- 20X3: 150.000 unidades

Com base nessas informações, o valor contábil líquido da máquina ao final de 20X3, em reais, é:

- a) R\$ 162.000
- b) R\$ 192.000
- c) R\$ 198.000
- d) R\$ 210.000
- e) R\$ 222.000

**86.** Em 01/07/2025, a empresa Estratégia S.A. adquiriu uma licença de uso de software para gestão da produção, com vigência contratual de 6 anos. O preço de tabela era de R\$ 90.000,00, mas a entidade obteve desconto comercial de R\$ 8.000,00. Além disso, incorreram-se nos seguintes gastos:

- Imposto de importação (não recuperável): R\$ 6.000,00;
- Honorários de consultoria para instalação e integração do software aos sistemas da empresa: R\$ 5.500,00;
- Treinamento dos usuários do software: R\$ 4.000,00.

Conforme o correto tratamento dado para ativos intangíveis, o valor do reconhecimento inicial da licença no ativo intangível, em 01/07/2025, é de, em reais:

- a) 82.000,00
- b) 87.500,00
- c) 93.500,00
- d) 95.500,00
- e) 98.000,00

**87.** Em 01/03/2023, a empresa Horizonte Logística S.A. recebeu do governo federal, sem qualquer custo, o direito de exploração de uma licença de operação portuária por prazo determinado. Para colocar a licença em condições de uso pretendidas pela administração, a entidade incorreu em R\$ 120.000,00 de gastos diretamente atribuíveis, devidamente comprovados.

Com base nos critérios de reconhecimento de ativos, assinale a alternativa correta quanto ao reconhecimento inicial desse ativo intangível.

- a) O ativo intangível deve ser reconhecido exclusivamente pelo valor justo, sendo vedado o reconhecimento ao valor nominal, independentemente da política contábil adotada pela entidade.
- b) O ativo intangível deve ser reconhecido pelo valor nominal acrescido dos gastos diretamente atribuíveis, não sendo admitido o reconhecimento inicial ao valor justo.
- c) A entidade pode optar por reconhecer inicialmente o ativo intangível ao valor justo, com o reconhecimento correspondente da subvenção governamental, ou, alternativamente, ao valor nominal acrescido dos gastos diretamente atribuíveis.
- d) O ativo intangível não deve ser reconhecido no balanço patrimonial, devendo apenas a subvenção governamental ser divulgada em notas explicativas.
- e) O ativo intangível deve ser reconhecido pelo valor justo apenas quando houver pagamento em moeda pela licença concedida pelo governo.

**88.** Um clube brasileiro de futebol adquiriu, por R\$ 18 milhões, os direitos econômicos de um jogador colombiano, junto a um clube estrangeiro. Logo após a aquisição, o clube brasileiro recebeu uma proposta formal de um clube europeu para a transferência do referido jogador pelo valor de R\$ 35 milhões.

Considerando apenas essas informações e a legislação societária e contábil brasileira, assinale a opção correta quanto ao tratamento contábil a ser adotado pelo clube brasileiro em relação aos direitos do jogador.

- a) O clube brasileiro deverá reconhecer os direitos do jogador como ativo imobilizado e depreciá-los ao longo do prazo contratual, ajustando o valor contábil para R\$ 35 milhões em razão da proposta recebida.
- b) O clube brasileiro deverá reconhecer um ativo intangível pelo custo de aquisição, mantendo-o registrado por R\$ 18 milhões, independentemente da proposta de venda recebida.
- c) O clube brasileiro deverá reconhecer os direitos do jogador como instrumentos financeiros, mensurado pelo valor justo de R\$ 35 milhões, uma vez que existe intenção de negociação futura.
- d) O clube brasileiro deverá registrar os direitos do jogador como investimento, reconhecendo imediatamente o ganho de R\$ 17 milhões decorrente da valorização do ativo.
- e) O clube brasileiro deverá reconhecer um ativo realizável a longo prazo, ajustando seu valor ao preço oferecido pelo clube europeu.



**89.** Uma empresa brasileira do setor de biotecnologia desenvolveu internamente um novo medicamento. Os trabalhos de pesquisa tiveram início em fevereiro de 2025 e se estenderam até julho de 2025, período no qual a entidade incorreu em R\$ 900.000, devidamente documentados. Em 10 de julho de 2025, a administração concluiu pela viabilidade técnica e comercial do projeto, passando a incorrer nos seguintes gastos mensais até a disponibilização do produto ao mercado:

- julho de 2025: R\$ 400.000
- agosto de 2025: R\$ 700.000
- setembro de 2025: R\$ 1.100.000
- outubro de 2025: R\$ 1.300.000
- novembro de 2025: R\$ 1.500.000
- dezembro de 2025: R\$ 1.000.000
- janeiro de 2026: R\$ 600.000

O exercício social da entidade coincide com o ano civil, e o balanço patrimonial referente ao exercício de 2025 foi divulgado em março de 2026.

Considerando os critérios de reconhecimento de ativos intangíveis previstos nas normas, o medicamento deverá estar registrado no balanço patrimonial de 31/12/2025 pelo valor de:

- a) R\$ 900.000
- b) R\$ 4.000.000
- c) R\$ 5.000.000
- d) R\$ 5.600.000
- e) R\$ 6.000.000

**90.** No que se refere à mensuração subsequente de ativos intangíveis pelo método da reavaliação, assinale a alternativa correta.

- a) Um ativo intangível pode ser reconhecido inicialmente pelo seu valor justo sempre que existir mercado ativo para ativos similares, sendo facultativa a utilização do custo histórico.
- b) O método de reavaliação permite o reconhecimento de ativos intangíveis que ainda não tenham sido previamente reconhecidos contabilmente, desde que exista mercado ativo.
- c) Após o reconhecimento inicial pelo custo, um ativo intangível pode ser apresentado pelo valor reavaliado, desde que haja mercado ativo para mensuração do valor justo e que as reavaliações sejam realizadas com frequência suficiente para evitar diferenças relevantes entre o valor contábil e o valor justo.
- d) A reavaliação de ativos intangíveis deve ser realizada obrigatoriamente em periodicidade anual, independentemente da volatilidade do valor justo do ativo.
- e) Quando um ativo intangível é reavaliado, a amortização acumulada deve ser mantida inalterada, sendo ajustado exclusivamente o valor contábil líquido do ativo.

**91.** O imobilizado de determinada entidade do setor público é composto pelos ativos **X** e **Y**. Os dados contábeis referentes a esses ativos, em reais, são apresentados a seguir.

	<b>X</b>	<b>Y</b>
Valor de aquisição	120.000	300.000
Depreciação acumulada (–)	48.000	60.000
Perda por valor não recuperável (–)	12.000	0

Em função de mudanças nas condições de mercado, a entidade realizou teste de recuperabilidade, apurando os seguintes valores (em R\$):

	<b>X</b>	<b>Y</b>
Valor justo líquido de despesas de venda	70.000	255.000
Valor em uso	65.000	240.000

Com base nessas informações, o procedimento contábil correto é:

- a) reconhecer perda adicional de R\$ 5.000 no ativo X e registrar perda de R\$ 15.000 no ativo Y.
- b) reverter parcialmente a perda por valor não recuperável do ativo X em R\$ 10.000 e manter inalterado o valor contábil do ativo Y.
- c) manter os saldos atuais, pois os valores contábeis já refletem adequadamente os valores recuperáveis dos ativos.
- d) reverter integralmente a perda por valor não recuperável do ativo X e reconhecer perda de R\$ 15.000 no ativo Y.
- e) reconhecer perda adicional de R\$ 7.000 no ativo X e reverter parcialmente a depreciação do ativo Y.

**92.** No que se refere à mensuração de passivos, assinale a alternativa correta.

- a) Um passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tiver, na data do balanço, direito de diferir a sua liquidação por pelo menos doze meses após essa data.
- b) As contas a pagar comerciais e outras obrigações operacionais somente devem ser classificadas como passivo circulante quando o ciclo operacional normal da entidade for inferior a doze meses.
- c) Um passivo deve ser classificado como circulante apenas quando sua liquidação estiver prevista para ocorrer dentro do prazo de até doze meses após a data do balanço, independentemente do ciclo operacional da entidade.
- d) Um passivo mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado deve ser classificado como passivo não circulante, salvo se houver expectativa de liquidação no curto prazo.
- e) Quando o ciclo operacional normal da entidade não puder ser claramente identificado, os passivos operacionais devem ser classificados como não circulantes até que tal ciclo seja definido.

**93.** Em 2025, a sociedade empresária Beta S.A. foi autuada pelo não recolhimento de determinado tributo no valor de R\$ 4.000.000. Com base em parecer do seu departamento jurídico, em 31/12/2025, a entidade reconheceu contabilmente uma provisão de R\$ 2.500.000, por considerar esse o valor mais provável da obrigação naquele momento. Paralelamente, a companhia apresentou recurso administrativo contra a autuação.

Em 20/01/2026, antes da autorização para emissão das demonstrações contábeis de 2025, o órgão fiscal julgou o recurso e fixou definitivamente o valor devido em R\$ 3.200.000, decisão da qual a entidade optou por não recorrer.

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/2025 foram autorizadas para emissão em 15/03/2026.

Nessa situação hipotética, o procedimento contábil correto a ser adotado pela Beta S.A. é reconhecer, nas demonstrações contábeis:

- a) de 2025, uma provisão complementar de R\$ 1.500.000.
- b) de 2025, uma provisão complementar de R\$ 700.000.
- c) de 2026, uma provisão de R\$ 700.000.
- d) de 2026, uma provisão de R\$ 3.200.000.
- e) do exercício em que ocorrer o pagamento, uma despesa tributária de R\$ 3.200.000.

**94.** Uma entidade possuía, em exercícios anteriores, determinado passivo classificado como passivo contingente, uma vez que, à época, a possibilidade de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos era considerada possível, mas não provável. No exercício corrente, novas informações tornaram provável a saída de recursos para a liquidação dessa obrigação.

Nessa situação, considerando os critérios para o reconhecimento de provisões, o procedimento contábil correto é:

- a) manter o tratamento como passivo contingente e apenas divulgar o fato em notas explicativas.
- b) reconhecer uma provisão nas demonstrações contábeis do período em que ocorreu a mudança na probabilidade.
- c) reconhecer a obrigação apenas quando houver certeza quanto ao valor e ao prazo da liquidação.
- d) registrar o valor da obrigação em contas de compensação até que ocorra o desembolso.
- e) reconhecer a provisão somente no exercício em que ocorrer o efetivo pagamento da obrigação.

**95.** No que se refere à análise das demonstrações contábeis, julgue os itens a seguir.

- I. As demonstrações contábeis constituem a principal fonte de informações utilizada no processo de análise de balanços.
- II. A análise de balanços é realizada, em regra, com o objetivo de subsidiar decisões econômicas e financeiras.
- III. Informações complementares às demonstrações contábeis, ainda que não obrigatórias, podem contribuir para uma análise mais abrangente da situação da entidade.
- IV. A análise de balanços é irrelevante para decisões de investimento, pois estas se baseiam exclusivamente em expectativas futuras.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I, III e IV.

**96.** No que se refere à análise vertical das demonstrações contábeis, assinale o indicador econômico-financeiro que pode ser obtido por esse tipo de análise.

- a) Giro do ativo.
- b) Margem líquida.
- c) Retorno sobre o patrimônio líquido.
- d) Giro de estoques.
- e) Capital circulante líquido.

**97.** Os dados a seguir foram extraídos das demonstrações contábeis de uma empresa, adaptados para fins de análise econômico-financeira (valores em milhares de reais):

Grupo patrimonial	Valor
Ativo circulante cíclico	150
Ativo circulante financeiro	180
Passivo circulante cíclico	80
Passivo circulante financeiro	120

No mesmo período, o estoque de mercadorias disponíveis para venda totalizou R\$ 56 mil. Nessa situação, a liquidez corrente e a liquidez seca da empresa foram, respectivamente, de:

- a) 1,50 e 1,22
- b) 1,65 e 1,37
- c) 1,37 e 1,65
- d) 1,75 e 1,47
- e) 1,60 e 1,32

**98.** Os dados a seguir, expressos em milhões de reais, representam a situação patrimonial de determinada entidade ao final do exercício X1.

Grupo patrimonial	Valor
Ativo circulante	300
Ativo não circulante	700
Passivo circulante	240
Passivo não circulante	360

O patrimônio líquido da entidade, no mesmo exercício, foi de R\$ 400 milhões, valor não incluído nos passivos apresentados no quadro. Com base nessas informações, o índice de endividamento e o perfil da dívida da entidade são, respectivamente,

- a) 1,50 e 0,40
- b) 1,40 e 0,60
- c) 1,25 e 0,50
- d) 1,10 e 0,45
- e) 1,60 e 0,30

**99.** A aquisição à vista de mercadorias destinadas à revenda no curto prazo provoca, na análise econômico-financeira da empresa adquirente,

- a) aumento do índice de liquidez corrente.
- b) redução do índice de perfil de endividamento.
- c) aumento do índice de liquidez geral.
- d) redução do índice de liquidez imediata.
- e) aumento do índice de liquidez seca.

**100.** A respeito da utilização das informações constantes nas notas explicativas no processo de análise econômico-financeira, assinale a alternativa correta.

- a) As notas explicativas têm caráter meramente complementar e não devem ser consideradas pelo analista, uma vez que a análise deve se restringir aos valores quantitativos do balanço patrimonial e da demonstração do resultado.
- b) Informações sobre políticas contábeis, critérios de mensuração e contingências relevantes, quando divulgadas em notas explicativas, podem influenciar a interpretação dos índices financeiros e a avaliação da situação patrimonial da entidade.
- c) As notas explicativas são utilizadas exclusivamente para fins de atendimento às exigências legais e regulatórias, não tendo relevância para a análise de risco, liquidez ou endividamento da entidade.
- d) O analista deve utilizar apenas as notas explicativas referentes ao exercício corrente, sendo irrelevantes aquelas relacionadas a exercícios anteriores.
- e) As notas explicativas substituem a necessidade de análise dos demonstrativos contábeis, pois concentram todas as informações necessárias à avaliação econômico-financeira da entidade.

## **CONTABILIDADE DE CUSTOS**

*Silvio Sande*

**101.** Entre as afirmativas seguintes apenas uma está incorreta, assinale-a.

- a) O custo pode ser entendido como o gasto relativo a bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços.
- b) A contabilidade de custos presta duas funções dentro da contabilidade gerencial, fornecendo os dados de custos para auxílio ao controle e para a tomada de decisões.
- c) Os custos de produção reúnem o custo do material direto, o custo da mão-de-obra e os demais custos indiretos de fabricação.
- d) O objetivo básico da contabilidade gerencial é o de fornecer à administração instrumentos que auxiliem em suas funções gerenciais.
- e) A contabilidade gerencial tem por objetivo adaptar os procedimentos de apuração do resultado das empresas comerciais para as empresas industriais.

**102.** Assinale a opção correta, com relação aos custos:

- a) variáveis unitários diminuem quando aumenta a produção.
- b) fixos unitários diminuem na mesma proporção da redução da produção.
- c) fixos totais decrescem na mesma proporção em que o volume produzido diminui.
- d) variáveis unitários crescem na mesma proporção em que o volume produzido aumenta.
- e) fixos unitários variam em proporção inversa às variações do volume produzido.

**103.** A Cia. SS iniciou o exercício social de 2023 sem estoque. Durante o ano de 2023 produziu 250 unidades do produto Y, 30 das quais ficaram estocadas para serem vendidas em 2024. As outras 220 unidades foram vendidas, parte à vista e parte à prazo, sempre pelo valor unitário de R\$ 500.

Os custos de produção e as despesas, no ano de 2023, foram:

- Matéria-prima: R\$ 11.300;
- Mão-de-obra direta: R\$ 26.000;
- Custos indiretos de fabricação: R\$ 15.200;
- Despesas gerais e administrativas: R\$ 16.800;
- Comissões sobre vendas, por unidade: 10% do valor de venda.

O valor do estoque, no final do exercício de 2023, e o custo de cada unidade produzida no período, de acordo com os princípios contábeis aceitos no Brasil é, respectivamente, de

- a) R\$ 3.600 e R\$ 220.
- b) R\$ 5.520 e R\$ 184.
- c) R\$ 6.300 e R\$ 210.
- d) R\$ 6.300 e R\$ 250.
- e) R\$ 9.639 e R\$ 321.

**104.** A Cia. Plutão iniciou suas atividades em 1º de janeiro de 19X0. Incorreu, no exercício, nos seguintes custos e despesas operacionais:

- Custos Fixos: R\$ 300.000,00;
- Custos Variáveis: R\$ 50,00 por unidade produzida;
- Despesas Operacionais Fixas: R\$ 120.000,00;
- Despesas Operacionais Variáveis: R\$ 20,00 por unidade vendida.

A companhia fabricou, em 19X0, 10.000 unidades do produto Y, das quais 90% foram vendidas nesse período, ao preço unitário de R\$ 150,00.

A diferença entre os lucros antes do imposto de renda obtida através do custeio por absorção e variável será de:

- a) R\$ 30.000,00.

- b) R\$ 50.000,00.
- c) R\$ 60.000,00.
- d) R\$ 70.000,00.
- e) R\$ 80.000,00.

**105.** No mês de abril de 2023 foram incorridos os seguintes custos no Processo de produção do produto “A”: matéria-prima, entrando no início do processo, R\$ 420.000,00 e os custos de transformação de R\$ 600.000,00, sendo R\$ 340.000,00 de mão-de-obra direta e R\$ 260.000,00 de custos indiretos de fabricação. No final do mês, ficaram prontas 2.000 unidades e 1.000, a 40% de processamento no que diz respeito aos custos de transformação mas já tendo recebido toda a matéria-prima. Então, os custos das unidades prontas e das unidades em processamento são respectivamente:

- a) R\$ 750.000,00 e R\$ 270.000,00
- b) R\$ 760.000,00 e R\$ 260.000,00
- c) R\$ 775.000,00 e R\$ 245.000,00
- d) R\$ 780.000,00 e R\$ 240.000,00
- e) R\$ 790.000,00 e R\$ 230.000,00



**CONTABILIDADE PÚBLICA***Gilmar Possati*

**106.** Acerca da estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e da natureza das informações contábeis, assinale a opção correta.

- a) As contas contábeis das classes 1 (Ativo) e 2 (Passivo) compõem a natureza de informação de controle, pois registram os atos de gestão que podem afetar o patrimônio.
- b) O registro da previsão da receita e da fixação da despesa deve ser realizado em contas de natureza patrimonial, especificamente nas classes 3 (Variação Patrimonial Diminutiva) e 4 (Variação Patrimonial Aumentativa).
- c) As classes 5 (Orçamento Aprovado) e 6 (Execução do Orçamento) congregam as contas de natureza de informação orçamentária, sendo utilizadas para o registro e controle da aprovação e execução do orçamento público.
- d) A natureza de informação patrimonial é composta exclusivamente pelas classes 7 (Controles Devedores) e 8 (Controles Credores), que evidenciam as variações qualitativas do patrimônio.
- e) O superávit ou déficit financeiro apurado no Balanço Patrimonial é obtido diretamente pelo confronto entre as classes 3 e 4 do PCASP.

**107.** Considerando as disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) sobre o reconhecimento de receitas e despesas sob os enfoques orçamentário e patrimonial, assinale a opção correta no que se refere ao fato gerador e ao regime de competência.

- a) Sob o enfoque patrimonial, as receitas tributárias decorrentes de impostos devem ser reconhecidas apenas no momento da arrecadação, em obediência ao regime de caixa, alinhando-se estritamente à Lei nº 4.320/1964.
- b) O lançamento de um imposto, quando o fato gerador já ocorreu e o valor é mensurável com confiabilidade, enseja o reconhecimento de uma Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) antes mesmo da arrecadação, em respeito ao regime de competência.
- c) A despesa pública, sob o enfoque orçamentário, deve ser reconhecida no momento do pagamento, enquanto sob o enfoque patrimonial o reconhecimento ocorre na liquidação.
- d) O reconhecimento da Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) de uma receita de transferência corrente deve ocorrer obrigatoriamente no momento da previsão orçamentária, independentemente da ocorrência do fato gerador.
- e) As variações patrimoniais qualitativas alteram o patrimônio líquido da entidade e devem ser registradas nas classes 3 e 4 do PCASP no momento da arrecadação da receita.

**108.** No exercício financeiro de 20X1, o Município Audazes dos Pampas realizou o lançamento de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) no valor total de R\$ 800.000,00, reconhecendo a respectiva Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) pelo fato gerador. Ao final do exercício de 20X1, verificou-se que apenas 50% desse valor havia sido arrecadado. No início de 20X2, após esgotados os prazos administrativos, o departamento jurídico orientou a inscrição do saldo remanescente em Dívida Ativa. Conforme a legislação municipal, sobre o valor não pago incidiram atualização monetária e juros de mora no montante total de R\$ 40.000,00.

Considerando os procedimentos contábeis patrimoniais previstos no MCASP e a estrutura do PCASP, assinale a opção correta quanto aos registros contábeis realizados pelo ente no momento da inscrição em Dívida Ativa em 20X2.

- a) A inscrição em Dívida Ativa gera o reconhecimento de uma Receita Orçamentária Corrente de R\$ 440.000,00 no exercício de 20X2, visto que o valor se tornou líquido e certo.
- b) O registro contábil da inscrição, considerando o ente como um todo, deve evidenciar um fato permutativo no valor de R\$ 400.000,00, referente ao principal, e uma Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) de R\$ 40.000,00, referente à incorporação dos juros e atualização.
- c) O município deve estornar a VPA reconhecida em 20X1 referente à parcela não arrecadada e reconhecer uma nova VPA de R\$ 440.000,00 em 20X2, momento em que o crédito se torna exigível judicialmente.
- d) A totalidade do valor inscrito (R\$ 440.000,00) deve ser registrada como um fato modificativo aumentativo, pois representa um novo direito a receber que não constava no Ativo Circulante do ente.
- e) A inscrição em Dívida Ativa não transita por contas de natureza patrimonial (classes 1, 2, 3 ou 4), devendo ser registrada exclusivamente em contas de controle (classes 7 e 8) para acompanhamento do fluxo de cobrança judicial.

**109.** O Balanço Orçamentário é a demonstração contábil que evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas por categorias econômicas e espécies, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução. A respeito dessa demonstração, assinale a opção correta.

- a) O Balanço Orçamentário demonstra, em seu quadro principal, a execução dos Restos a Pagar não processados de exercícios anteriores, uma vez que estes representam despesas fixadas no orçamento corrente.
- b) O Superávit Financeiro do exercício é apurado no Balanço Orçamentário através da diferença positiva entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas.
- c) O Balanço Orçamentário é composto por um Quadro Principal, que evidencia a receita prevista, lançada e arrecadada e a despesa fixada, empenhada, liquidada e paga; e por quadros anexos que detalham a execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados.
- d) As receitas orçamentárias realizadas (arrecadadas) devem ser registradas no Balanço Orçamentário pelo regime de competência, enquanto as despesas executadas seguem o regime de caixa.
- e) O déficit orçamentário, caso ocorra, será demonstrado no Balanço Orçamentário como uma conta redutora do Ativo, para fins de equilíbrio entre as colunas de receitas e despesas.

**110.** A execução da despesa orçamentária transcorre por estágios previstos na legislação financeira. Assinale a opção que indica corretamente o estágio da despesa que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

- a) Empenho, que cria para o Estado uma obrigação de pagamento pendente de implemento de condição.
- b) Liquidação, que tem por objetivo apurar a origem e o objeto do que se deve pagar, a importância exata a pagar e a quem se deve pagar.
- c) Fixação, que estabelece os limites de gastos para as unidades orçamentárias na Lei Orçamentária Anual.
- d) Pagamento, que consiste no despacho exarado por autoridade competente determinando que a despesa seja paga.
- e) Lançamento, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa a quem é devedora.

**111.** O Município Audazes dos Pampas concedeu um Suprimento de Fundos no valor de R\$ 8.000,00 a um servidor lotado na Secretaria de Obras para despesas de pequeno vulto e pronto pagamento. O valor foi empenhado, liquidado e pago (disponibilizado na conta do suprido) no mês de março. Em abril, o servidor utilizou o recurso para comprar materiais de consumo e apresentou a prestação de contas, que foi devidamente aprovada pela autoridade competente.

Com base na mecânica contábil aplicada ao setor público descrita no MCASP, assinale a opção correta sobre os impactos patrimoniais e orçamentários dessa transação.

- a) No momento da concessão (março), ocorre uma despesa orçamentária, mas, sob a ótica patrimonial, registra-se apenas um fato permutativo, com a constituição de um ativo (direito a receber bens/serviços ou devolução do numerário).

b) Como o suprimento de fundos é uma despesa orçamentária, deve-se reconhecer uma Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) no valor de R\$ 8.000,00 imediatamente no momento do pagamento ao servidor, em março.

c) O Suprimento de Fundos é uma despesa extraorçamentária, pois o valor entregue ao servidor não representa uma saída definitiva de recursos dos cofres públicos até que a prestação de contas seja aprovada.

d) No momento da aprovação da prestação de contas (abril), não há necessidade de novos registros patrimoniais, pois a despesa orçamentária já foi totalmente executada no mês de março.

e) O registro da liquidação da despesa orçamentária de suprimento de fundos gera, concomitantemente, um Passivo Circulante em nome do servidor suprido, que será baixado apenas na devolução do saldo não utilizado.

**112.** No que tange ao reconhecimento, à mensuração e à depreciação de ativos imobilizados no setor público, assinale a opção correta de acordo com a NBC TSP 07 e o MCASP.

- a) A depreciação de um ativo imobilizado deve iniciar-se na data de sua aquisição ou pagamento, independentemente de o bem estar em condições de uso.
- b) Terrenos e edifícios são ativos separáveis e devem ser contabilizados separadamente, mesmo quando adquiridos conjuntamente. Em regra, os terrenos têm vida útil ilimitada e não são depreciados.
- c) O valor residual de um ativo é o montante que a entidade espera obter com a venda do ativo no final de sua vida útil, deduzidas as despesas estimadas de venda, não sendo permitida a revisão desse valor antes da baixa do bem.
- d) A reparação ou manutenção periódica de um ativo imobilizado deve ser sempre incorporada ao valor contábil do bem (capitalizada), pois aumenta sua vida útil econômica.
- e) O método de depreciação linear é o único aceito pelas normas de contabilidade aplicadas ao setor público, visando à padronização das demonstrações contábeis.

**113.** A abertura de créditos adicionais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e deve ser precedida de exposição justificativa. Assinale a opção que apresenta corretamente uma fonte de recursos admitida pela Lei nº 4.320/1964 para a abertura de créditos suplementares e especiais.

- a) O excesso de arrecadação, apurado mês a mês, devendo-se considerar estritamente o saldo acumulado até a data, sendo vedada a consideração da tendência do exercício para fins de projeção de receitas futuras.
- b) O superávit patrimonial apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, deduzidos os valores já comprometidos com Restos a Pagar.

c) O produto de operações de crédito autorizadas, desde que estas já tenham sido efetivamente arrecadadas e estejam disponíveis em caixa no momento da abertura do crédito.

d) A anulação total ou parcial de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizada em lei.

e) A economia de despesas, representada pela diferença entre o valor empenhado e o valor liquidado até o final do exercício financeiro.

**114.** Em 31 de dezembro de 20X1, o setor de contabilidade do Município Audazes dos Pampas analisou a situação de dois contratos de prestação de serviços firmados durante o exercício:

- Contrato A (Serviços de Limpeza): Valor empenhado de R\$ 100.000,00. O serviço foi integralmente prestado e atestado (liquidado) em dezembro de 20X1, mas o pagamento não foi efetuado até o fechamento do balanço.
- Contrato B (Reforma de Escola): Valor empenhado de R\$ 200.000,00. A obra foi iniciada, mas até 31/12/20X1 nenhuma medição havia sido realizada ou atestada pela engenharia. O contrato permanece vigente e é de interesse da administração.

Considerando o encerramento do exercício de 20X1 e a execução em 20X2, assinale a opção correta quanto ao tratamento contábil dos Restos a Pagar (RP).

- a) Ambos os contratos devem ser inscritos em Restos a Pagar Processados, pois houve o empenho da despesa dentro do exercício financeiro de 20X1.
- b) O Contrato A deve ser inscrito em Restos a Pagar Processados. O seu pagamento em 20X2 será considerado uma Despesa Orçamentária do exercício de 20X2, necessitando de nova dotação na LOA de 20X2.
- c) O Contrato B deve ser inscrito em Restos a Pagar Não Processados. Em 20X2, quando ocorrer a medição da obra (liquidação), haverá o registro de uma Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) ou a incorporação do Ativo Imobilizado, a depender da natureza do gasto.
- d) O Contrato A gera impacto no resultado patrimonial de 20X2, momento em que ocorrerá o desembolso financeiro (pagamento).
- e) O Contrato B deve ter seu empenho anulado obrigatoriamente em 31/12/20X1, pois a Lei de Responsabilidade Fiscal proíbe a inscrição de Restos a Pagar Não Processados sem disponibilidade de caixa, independentemente da vigência do contrato.

**115.** A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) permite aos usuários avaliar como a entidade obteve recursos para financiar suas atividades e como os recursos de caixa foram utilizados. De acordo com a NBC TSP 12 e o MCASP, assinale a opção que apresenta a correta classificação de um fluxo de caixa nas atividades de investimento.

- a) Recebimento de caixa decorrente da arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria.
- b) Recebimentos de caixa provenientes da alienação de ativos imobilizados e intangíveis e de outros ativos de longo prazo.
- c) Ingressos de caixa provenientes da emissão de debêntures, empréstimos, hipotecas e outros financiamentos de curto e longo prazos.
- d) Pagamentos de caixa a fornecedores de mercadorias e serviços destinados à manutenção das atividades operacionais da entidade.
- e) Amortização de empréstimos e financiamentos contraídos pela entidade em exercícios anteriores.

**116.** Para fins de verificação do cumprimento dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o conceito de Despesa Total com Pessoal é amplo. Contudo, a legislação determina que certos gastos sejam contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal" decorrentes de contratos de terceirização. Assinale a opção que indica a situação em que a despesa com terceirização deve ser computada no limite da despesa com pessoal do ente.

- a) Quando a contratação de terceiros visa à execução indireta de serviços de limpeza, vigilância e segurança patrimonial.
- b) Quando a terceirização de mão de obra se refere à substituição de servidores e empregados públicos.
- c) Quando os contratos de terceirização são firmados para a prestação de serviços de consultoria técnica especializada com produto definido.
- d) Sempre que houver contratação de pessoa jurídica, independentemente do objeto do contrato, desde que haja subordinação direta.
- e) Quando a despesa se refere ao pagamento de estagiários contratados por meio de agentes de integração.

**117.** O departamento jurídico do Município Audazes dos Pampas apresentou à contabilidade, no encerramento do exercício de 20X1, um relatório sobre três ações judiciais em curso movidas contra o município:

- Ação Trabalhista: Advogados avaliam o risco de perda como provável e o valor da obrigação pode ser estimado com confiabilidade em R\$ 150.000,00.
- Ação Ambiental: Advogados avaliam o risco de perda como possível, com valor estimado de R\$ 500.000,00.
- Ação Cível (Danos Morais): Advogados avaliam o risco de perda como remoto, no valor de R\$ 80.000,00.

Com base na NBC TSP 03 e no MCASP, assinale a opção correta sobre o tratamento contábil a ser dado a cada uma dessas ações no fechamento do Balanço Patrimonial de 20X1.

- a) A Ação Trabalhista deve ser reconhecida como uma Provisão no Passivo, afetando o resultado patrimonial do exercício; a Ação Ambiental deve ser divulgada apenas em Notas Explicativas; e a Ação Cível não requer registro nem divulgação.
- b) Todas as três ações devem ser reconhecidas no Passivo do município, em respeito ao princípio da Prudência, mas apenas a Ação Trabalhista reduz o Patrimônio Líquido de imediato.
- c) A Ação Ambiental, por ter o valor mais expressivo (R\$ 500.000,00), deve ser provisionada no Passivo, enquanto a Ação Trabalhista deve ser apenas divulgada em notas explicativas, pois ainda cabe recurso.
- d) A Ação Cível deve ser registrada em contas de controle (Classe 7 e 8) como Passivo Contingente, e divulgada em Notas Explicativas para transparência fiscal.
- e) Nenhuma das ações deve ser registrada no Passivo Patrimonial (Classes 1 e 2) antes do trânsito em julgado das sentenças, devendo todas constar apenas no Quadro dos Ativos e Passivos Contingentes do anexo de riscos fiscais.



**118.** No Balanço Patrimonial das entidades do setor público, além da classificação em Circulante e Não Circulante, os ativos e passivos são segregados em Financeiro e Permanente para fins de apuração do Superávit Financeiro. Sobre essa segregação, assinale a opção correta.

- a) O Ativo Financeiro compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.
- b) O Passivo Permanente compreende as dívidas fundadas e outras obrigações cujo pagamento independa de autorização orçamentária.
- c) O Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial corresponde exatamente ao saldo da conta "Caixa e Equivalentes de Caixa" do Ativo Circulante.
- d) Os bens móveis e imóveis, por sua natureza de longo prazo, são classificados como Ativo Financeiro, pois podem ser alienados para gerar caixa a qualquer momento.
- e) Os Restos a Pagar Processados e Não Processados são classificados no Passivo Permanente, pois dependem de execução orçamentária de exercícios anteriores.

**119.** A classificação da receita orçamentária por natureza busca identificar a origem do recurso segundo o fato gerador. O código numérico dessa classificação é composto por 8 dígitos (X.X.X.X.XX.X.X). Assinale a opção que apresenta a correta correspondência entre o nível da classificação e sua descrição.

- a) O 1º dígito representa a Origem da receita (ex: Receita Tributária, Receita de Contribuições).
- b) O 2º dígito representa a Categoria Econômica (ex: Receitas Correntes ou Receitas de Capital).
- c) O 3º dígito representa a Espécie da receita (ex: Impostos, Taxas, Contribuição de Melhoria).
- d) O 4º dígito representa a Alínea, detalhando o nome da receita (ex: IPTU, ISS).
- e) Os desdobramentos para identificação de peculiaridades da receita ocorrem apenas nos dois últimos dígitos (Tipo).

**120.** O Município Audazes dos Pampas contratou, em 20X1, uma empresa para realizar reparos elétricos urgentes. O serviço foi prestado e atestado em novembro de 20X1. Contudo, por falha administrativa grave, a despesa não foi empenhada em 20X1 e, conseqüentemente, não foi inscrita em Restos a Pagar no encerramento daquele exercício. Em março de 20X2, a empresa credora solicitou o pagamento administrativo da dívida, comprovando a execução do serviço. A Procuradoria Jurídica do município emitiu parecer favorável ao reconhecimento da dívida, sob pena de enriquecimento ilícito da administração.

Diante desse cenário, assinale a opção correta sobre o procedimento orçamentário e contábil a ser adotado em 20X2 para regularizar o pagamento.

- a) O pagamento deve ser realizado mediante a emissão de um empenho na dotação de "Despesas de Exercícios Anteriores" (elemento de despesa 92) no orçamento vigente de 20X2, pois a obrigação não foi inscrita em Restos a Pagar.
- b) O município deve fazer uma inscrição "ex officio" em Restos a Pagar Não Processados no sistema de 20X2, retroativa a 20X1, para garantir que a despesa não afete o orçamento do ano corrente.
- c) Como o serviço foi prestado em 20X1, o pagamento deve ser classificado como Restos a Pagar Processados, independentemente da falta de empenho prévio, prevalecendo a realidade do fato gerador (primazia da essência sobre a forma).
- d) O pagamento deve ser tratado como Indenização e Restituição, utilizando-se verba de "Sentenças Judiciais", uma vez que o erro administrativo obriga a judicialização da cobrança para autorizar o desembolso.
- e) A despesa deve ser empenhada no orçamento de 20X2 na mesma dotação orçamentária original (Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), sem necessidade de utilizar o elemento específico de Despesas de Exercícios Anteriores, visto que a despesa é corrente.

**121.** As Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) correspondem a aumentos nos benefícios econômicos ou no potencial de serviços durante o período contábil. Sobre o reconhecimento de VPAs decorrentes de transferências e doações, assinale a opção correta.

- a) As transferências intergovernamentais recebidas devem ser reconhecidas como VPA no momento do efetivo recebimento dos recursos financeiros (regime de caixa), independentemente de haver condições a serem cumpridas.
- b) Uma doação recebida com condição (obrigação de desempenho) deve ser reconhecida inicialmente como um Passivo. A VPA será reconhecida apenas na medida em que a entidade satisfizer a condição estipulada.
- c) As doações de bens móveis recebidas sem quaisquer restrições ou condições devem ser registradas diretamente no Patrimônio Líquido como Reservas de Capital, não transitando pelo resultado do exercício (VPA).
- d) O reconhecimento de VPA oriunda de convênios firmados com a União ocorre integralmente no momento da assinatura do termo de convênio, em respeito ao princípio da oportunidade.
- e) As transferências voluntárias recebidas para aquisição de ativo imobilizado não geram VPA em nenhum momento, pois representam apenas uma troca de ativos financeiros por ativos permanentes.

**122.** O Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. Sobre essa demonstração, é correto afirmar:

- a) O resultado financeiro do exercício (superávit ou déficit) é evidenciado na linha final da demonstração, sendo obtido pela diferença entre o total de ingressos e o total de dispêndios.
- b) Os Restos a Pagar inscritos no exercício (não pagos) são registrados na coluna de "Despesa Orçamentária" para fins de equilíbrio, pois representam uma saída financeira futura.
- c) As transferências financeiras recebidas e concedidas são classificadas como receitas e despesas orçamentárias, respectivamente, compondo o cálculo do resultado orçamentário dentro do Balanço Financeiro.
- d) A estrutura do Balanço Financeiro é composta por um único quadro que evidencia a movimentação financeira, onde o total de ingressos (receitas orçamentárias + recebimentos extraorçamentários + saldo anterior) deve ser obrigatoriamente igual ao total de dispêndios (despesas orçamentárias + pagamentos extraorçamentários + saldo seguinte).
- e) O cancelamento de Restos a Pagar afeta o saldo do exercício seguinte, devendo ser registrado como uma "Receita Extraorçamentária" para recompor o saldo de caixa.

**123.** O Município Audazes dos Pampas possui um prédio administrativo histórico adquirido há 20 anos. Em 31/12/20X1, a contabilidade realizou dois procedimentos distintos sobre esse ativo:

- Reavaliação: Um laudo técnico indicou que o valor de mercado do imóvel aumentou significativamente devido à valorização da região, passando de R\$ 1.000.000,00 (valor contábil líquido) para R\$ 2.500.000,00.
- Teste de Impairment (em outro imóvel - Escola Municipal): Uma enchente danificou severamente a estrutura de uma escola. O valor contábil era R\$ 800.000,00, mas o valor recuperável de serviço (custo de reposição depreciado) foi estimado em apenas R\$ 300.000,00.

Considerando os registros contábeis necessários no encerramento de 20X1, assinale a opção correta.

- a) No caso do prédio histórico, o aumento de R\$ 1.500.000,00 deve ser reconhecido imediatamente como Variação Patrimonial Aumentativa (Receita) na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), compondo o superávit do exercício.
- b) No caso da escola danificada, a perda de R\$ 500.000,00 deve ser reconhecida como uma Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) no resultado do exercício, reduzindo o valor contábil do ativo para R\$ 300.000,00.
- c) A reavaliação do prédio histórico deve ser registrada a crédito de uma conta de "Reserva de Reavaliação" no Patrimônio Líquido, e a perda da escola deve ser registrada a débito de "Ajuste de Avaliação Patrimonial" no PL, sem transitar pelo resultado (DVP) em nenhum dos casos.
- d) Ambos os eventos (valorização e desvalorização) são considerados ajustes de exercícios anteriores e devem ser lançados diretamente na conta de Patrimônio Social, sem afetar o resultado ou as reservas do período.
- e) Caso o prédio histórico seja alienado futuramente, o saldo da Reserva de Reavaliação constituída não poderá ser transferido para Lucros ou Prejuízos

Acumulados, devendo permanecer perpetuamente no PL.

**124.** A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício. Sobre a estrutura e a elaboração da DVP, assinale a opção correta.

- a) O resultado patrimonial do exercício é apurado pelo confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). Se o total das VPD for superior ao total das VPA, diz-se que houve um Superávit Patrimonial.
- b) As mutações patrimoniais que não afetam o patrimônio líquido, como a compra de um veículo à vista, devem ser evidenciadas no corpo principal da DVP para demonstrar as variações qualitativas.
- c) A DVP deve ser elaborada utilizando-se as contas da classe 3 (VPD) e da classe 4 (VPA) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), apurando-se o resultado patrimonial do exercício.
- d) O resultado da DVP deve ser obrigatoriamente igual ao resultado orçamentário apurado no Balanço Orçamentário, uma vez que ambos derivam dos mesmos fatos contábeis.
- e) As variações patrimoniais decorrentes de fatos geradores que independem da execução orçamentária (extraorçamentários), como a inscrição de dívida ativa e a depreciação, não são incluídas na DVP, sendo demonstradas apenas no Balanço Patrimonial.

**125.** O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) possui regras de integridade que garantem a consistência dos registros contábeis. Uma dessas regras fundamentais diz respeito ao lançamento contábil em partidas dobradas utilizando as naturezas de informação. Assinale a opção que descreve corretamente uma regra de integridade do PCASP.

- a) Um lançamento contábil pode debitar uma conta da classe 1 (Ativo) e creditar uma conta da classe 5 (Orçamento Aprovado), desde que o fato envolva simultaneamente aspectos patrimoniais e orçamentários.
- b) É vedado realizar lançamentos que misturem naturezas de informação diferentes. Um débito em conta de natureza patrimonial (classes 1, 2, 3 ou 4) exige obrigatoriamente um crédito em conta de natureza patrimonial.
- c) As contas de controle (classes 7 e 8) podem ser utilizadas como contrapartida de contas orçamentárias (classes 5 e 6) para o registro dos atos potenciais.
- d) O registro da arrecadação da receita orçamentária envolve um lançamento único que debita o Ativo (Caixa) e credita a Receita Orçamentária (classe 4), integrando os sistemas financeiro e patrimonial.
- e) As contas de resultado (classes 3 e 4) devem ser encerradas mensalmente contra a conta de Patrimônio Líquido, zerando seus saldos para o início do mês seguinte.

**126.** O Município Audazes dos Pampas integra, juntamente com outros quatro municípios vizinhos, o "Consórcio Intermunicipal de Saúde (CIS)". O consórcio possui personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativa e financeira. No exercício de 20X1, o Município Audazes dos Pampas transferiu R\$ 1.000.000,00 ao CIS por meio de Contrato de Rateio para custear despesas de pessoal e medicamentos do hospital regional gerido pelo consórcio.

Considerando as normas de consolidação das contas públicas e o tratamento contábil dos consórcios, assinale a opção correta.

- a) O Município Audazes dos Pampas deve registrar a transferência de R\$ 1.000.000,00 como uma Despesa Orçamentária definitiva a fundo perdido, não havendo necessidade de consolidar as contas do consórcio em seu Balanço Patrimonial, visto que o CIS tem personalidade jurídica própria.
- b) O Consórcio (CIS) deve fornecer as informações contábeis necessárias para que o Município Audazes dos Pampas realize a consolidação proporcional. O município deve incorporar em suas demonstrações contábeis a parcela dos ativos, passivos, receitas e despesas do consórcio correspondente à sua participação (definida no contrato de rateio).
- c) A execução orçamentária do consórcio (empenho, liquidação e pagamento das despesas do hospital) deve ser registrada diretamente no sistema orçamentário do Município Audazes dos Pampas, como se fosse uma secretaria municipal, para garantir o controle legislativo.
- d) O valor repassado ao consórcio deve ser registrado no Município como um Investimento Permanente (Ativo Não Circulante), avaliado pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP), da mesma forma que se faz com empresas estatais dependentes.
- e) Na consolidação das contas nacionais (feita pelo Tesouro Nacional), os consórcios públicos são excluídos, pois não integram a estrutura federativa clássica (União, Estados e Municípios).

**127.** As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis e visam facilitar a compreensão das informações nelas contidas. Segundo o MCASP e a NBC TSP 11, assinale a opção que apresenta uma informação que deve ser obrigatoriamente divulgada em Notas Explicativas.

- a) A relação nominal de todos os fornecedores e credores da entidade, com os respectivos valores a pagar, para fins de transparência total.
- b) As bases de mensuração utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis (ex: custo histórico, valor justo) e as políticas contábeis específicas adotadas pela entidade.
- c) A cópia integral da Lei Orçamentária Anual (LOA) e de todos os decretos de créditos adicionais abertos no exercício.
- d) O detalhamento de cada empenho anulado durante o exercício, com a respectiva justificativa administrativa para o cancelamento.
- e) A avaliação de desempenho individual dos gestores públicos responsáveis pela execução orçamentária.

**128.** Um servidor recebeu suprimento de fundos de R\$ 2.000,00. Gastou R\$ 1.800,00 e restituiu o saldo de R\$ 200,00 no ato da prestação de contas, ainda dentro do mesmo exercício financeiro em que o suprimento foi concedido. Sobre o tratamento contábil da restituição, assinale a opção correta.

- a) A restituição de R\$ 200,00 deve ser classificada como Receita Orçamentária de "Indenizações e Restituições", pois representa um ingresso de recurso aos cofres públicos.
- b) O valor restituído deve ser contabilizado como anulação de despesa orçamentária, revertendo-se o empenho original no valor correspondente, o que restabelece a dotação disponível.
- c) A restituição deve ser registrada como Receita Extraorçamentária, uma vez que o valor já havia saído do orçamento e agora retorna como simples recomposição de caixa.
- d) O servidor deve depositar o valor em uma conta transitória de "Depósitos de Terceiros", que só será

convertida em receita orçamentária no exercício seguinte.

- e) Não há registro contábil a fazer, pois o valor de R\$ 200,00 é imaterial frente ao orçamento total do ente.

**129.** O Município Audazes dos Pampas firmou um contrato de Parceria Público-Privada (PPP) na modalidade Concessão Administrativa para a construção e gestão de um novo Hospital Municipal.

- A Parceira Privada (SPE) constrói o hospital (investimento de R\$ 50 milhões) e o operará por 20 anos.
- O Município pagará uma contraprestação mensal à SPE a partir da entrega da obra.
- Ao final do contrato, o imóvel reverterá ao Município.

Considerando as diretrizes do MCASP, assinale a opção correta sobre o reconhecimento do ativo (Hospital) nas demonstrações contábeis do Município (Concedente) durante a vigência do contrato.

- a) O Hospital não deve ser reconhecido no Ativo do Município durante os 20 anos, pois a propriedade jurídica e os riscos da operação são da Parceira Privada. O registro ocorrerá apenas na reversão, ao final do contrato.
- b) O Município deve reconhecer o Hospital em seu Ativo Imobilizado à medida que ele for construído ou quando estiver pronto para uso, em contrapartida a um Passivo de financiamento (obrigação com a PPP), pois o ente controla o serviço e o bem reverterá a ele.
- c) O Município deve registrar apenas a despesa orçamentária com as contraprestações mensais, sem impacto patrimonial no Ativo, caracterizando a operação como aluguel operacional.
- d) O Ativo deve ser registrado pelo Município pelo valor simbólico de R\$ 1,00 para fins de controle, sendo reavaliado a valor de mercado apenas no término da concessão.
- e) A operação deve ser registrada integralmente como Passivo Contingente, dada a incerteza sobre a capacidade de pagamento do Município ao longo de 20 anos.

**130.** O Município Audazes dos Pampas implementou um sistema de custos para mensurar o custo dos serviços de saúde prestados em suas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs). Durante o mês de apuração, foram identificados os seguintes gastos:

- Salários dos médicos e enfermeiros que atendem nas UPAs.
- Medicamentos consumidos diretamente nos atendimentos aos pacientes.
- Salário do Secretário Municipal de Saúde, que gerencia toda a rede (UPAs, Hospitais, Postos de Saúde e Vigilância Sanitária).
- Energia elétrica das UPAs (com medidor exclusivo para cada unidade).

Com base na NBC TSP 34, que trata da contabilidade de custos no setor público, assinale a opção correta quanto à classificação desses gastos em Custos Diretos e Indiretos em relação ao objeto de custo "Atendimento nas UPAs".

- a) Todos os itens citados (1, 2, 3 e 4) são Custos Diretos, pois ocorrem dentro da estrutura da Secretaria de Saúde e são essenciais para o funcionamento das UPAs.
- b) Os itens 1 (médicos), 2 (medicamentos) e 4 (energia elétrica medida) são Custos Diretos, pois podem ser identificados e apropriados diretamente às UPAs sem necessidade de rateio. O item 3 (Secretário) é um Custo Indireto, exigindo algum critério de rateio para ser alocado às UPAs.
- c) Apenas os itens 1 e 2 são Custos Diretos. A energia elétrica (item 4), mesmo com medidor exclusivo, é sempre considerada Custo Indireto por ser uma despesa de utilidade pública.
- d) O item 3 (Salário do Secretário) não deve ser considerado custo do serviço de saúde, mas sim uma Despesa Administrativa da Prefeitura, não compondo o custo das UPAs em nenhuma hipótese.
- e) Para fins de apuração de custos no setor público, não se faz distinção entre custos diretos e indiretos, sendo todos tratados como "Variações Patrimoniais Diminutivas Operacionais".



## Discursiva

Uma organização pública, diante do aumento de demandas e de restrições de recursos, decidiu realizar planejamento para estabelecer objetivos e metas e definir meios (recursos e tarefas) necessários para alcançá-los. A alta cúpula (presidentes e diretores) determinou que o planejamento priorizaria melhorar as práticas existentes, com foco em adaptabilidade e inovação, buscando obter melhores resultados possíveis por meio do aumento do desempenho e/ou da diminuição da utilização de recursos, em lógica de melhoria contínua.

Em seguida, gerentes e chefes de departamento de uma unidade específica elaboraram um plano para traduzir as diretrizes da alta cúpula em ações específicas e direcionadas para essa unidade, com definição de responsáveis, recursos e prazos.

No desenvolvimento do planejamento, a equipe responsável estruturou cenários futuros alternativos para lidar com um ambiente dinâmico e complexo, de modo a ter opções para enfrentar diferentes situações.

Com base na situação hipotética, responda aos seguintes tópicos:

- a) Classifique a filosofia do planejamento adotada pela organização, de acordo com Ackoff.
- b) Identifique o tipo de planejamento (nível de planejamento) correspondente ao plano elaborado pelos gerentes e chefes de departamento para uma unidade específica.
- c) Apresente as etapas do planejamento segundo Chiavenato e indique a etapa do processo de planejamento correspondente ao momento em que foram construídos cenários futuros alternativos

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.*

*Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<http://estrategi.ac/ok1zt0>

---